UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

PAULO CESAR DE ABREU PAIVA JUNIOR

A mudança social como objeto de estudo: referências introdutórias

São Paulo

2015

PAULO CESAR DE ABREU PAIVA JUNIOR

A mudança social como objeto de estudo: referências introdutórias

Versão Original

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Paiva Junior, Paulo Cesar de Abreu

A mudança social como objeto de estudo : referências
introdutórias / Paulo Cesar de Abreu Paiva Junior ; orientador,
Marcos Bernardino de Carvalho. – São Paulo, 2015
87 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política,
Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de
São Paulo

Versão original

1. Mudança social. 2. Participação política. I. Carvalho,
Marcos Bernardino de, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 303.4

Dissertação de autoria de Paulo Cesar de Abreu Paiva Junior, sob o título "**A mudança social como objeto de estudo: referências introdutórias**", apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, aprovada em _____ de _____ de _____ pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. _____

Presidente

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

*Dedico este trabalho a todos os mentores leais que, com
amorosa dedicação, me auxiliaram.*

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais: Francisca de Paula Vítara Reis, Paulo Cesar de Abreu Paiva, Maria Aparecida da Silva e Luiz Eli Pinto, meus exemplos mais próximos de perseverança e sabedoria.

Agradeço a meu orientador Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho, e também ao Prof. Dr. Diamantino Alves, por acolherem meu projeto e pela enorme paciência com todos os meus anseios, receios e inquietações. Muito obrigado por se disporem a me auxiliar até o final de meu processo de pós-graduação. Gostaria que soubessem que todas as reuniões que tivemos, junto aos outros colegas do grupo de estudos, me permitiram vivenciar o dia-a-dia acadêmico de um campo interdisciplinar que cada vez mais ganha propriedade e pesquisadores. Estudar um campo novo, cheio de meandros e temas, não foi fácil para mim, gestor público de formação (de cabeça administrativa e prática, de pouca vivência teórica). Dadas todas as minhas limitações, sem o auxílio dos senhores, não teria chegado até o final.

Agradeço também, com muita deferência, minha primeira orientadora, Profa. Dra. Maria Eliza Bernardes. Através dos encontros junto aos alunos da Pedagogia, na Faculdade de Educação da USP, pude conhecer os valores mais aguerridos do materialismo histórico dialético de Marx, o que muito contribuiu para minha caminhada crítica na pós-graduação. As inquietações divididas em grupo serviram-me muito. Através delas objetivei nutrir um importante apreço com relação à construção do trabalho científico, e como as crenças acadêmicas e visões de mundo dos autores figuram sobremaneira em seu texto escrito.

Por fim, gostaria de agradecer profundamente a atenção amorosa e sempre presente de minha companheira, Julianne Nestlehner. Sem ela não teria a motivação necessária para concluir o presente trabalho.

“A totalidade daquilo que chamamos de história universal não é mais do que a criação do homem pelo trabalho humano e a emergência da natureza para o homem: a prova evidente e irrefutável de sua autocriação...”
(FROMM, 1966)

Resumo

PAIVA, Jr. Paulo Cesar de Abreu. **A mudança social como objeto de estudo**: referências introdutórias. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente trabalho tomará por objetivo, através de uma revisão bibliográfica temática e pesquisa em banco de dados, uma contribuição para o Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP), radicado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, ao oferecer uma leitura geral e introdutória sobre a temática da mudança social e um panorama de autores recorrentes, tidos como referência neste campo interdisciplinar recentemente relido e em constante construção. Tendo em vista que, no âmbito do PROMUSPP nenhum estudo tenha proposto tal iniciativa, cremos estar no tempo, momento e local apropriado para tal. Neste sentido, será apresentada uma síntese teórica de caráter introdutório sobre o tema da mudança social como objeto científico de estudo.

Palavras-chave: Mudança Social. Transformação Social. Participação Política.

Abstract

PAIVA, Jr. Paulo Cesar de Abreu. **Social change as a study object**: introductory references. 2015. 87 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

Through a literature review and data research this work aims to contribute to the Post-Graduate Program in Social Change and Political Participation (PROMUSPP), of School of Arts, Sciences and Humanities of University São Paulo. It will provide a general and introductory reading on the theme of social change, and an overview of recurrent authors, taken as a reference in this recent, and in constant construction, interdisciplinary field. Considering that, in PROMUSPP, no study has proposed such initiative, we believe being on the time and appropriate place to do so. In this sense, will be presented: a brief history on the subject of social change as a scientific object of study and a mapping of modern authors who have addressed the "social change" theory on their research.

Keywords: Social Change. Social Transformation. Political Participation.

Sumário

1	Introdução	10
2	A Mudança Social como objeto de estudo: programas, temas e referências.....	16
3	Em busca de uma síntese teórica introdutória	27
3.1	Bauman e as fronteiras líquidas do mundo pós-moderno.....	29
3.2	Manuel Castells e as mudanças sociais da era da informação	37
3.3	Charles Tilly e os movimentos sociais como política	43
4	Outros discursos e referências do campo	50
5	Considerações Finais	66
	REFERÊNCIAS	71

1 Introdução

O presente trabalho tomará por objetivo, através de uma revisão bibliográfica, uma contribuição teórica para o Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP), *ao oferecer uma leitura geral sobre a temática da mudança social no tempo presente, e um panorama de autores recorrentes, tidos por nós como referência introdutória neste campo interdisciplinar recentemente relido e em constante construção.* Tendo em vista que, no âmbito do PROMUSPP nenhum estudo tenha proposto esta iniciativa, cremos estar no tempo, momento e local apropriado para tal, dada esta realidade de nova abordagem para a área e para o objeto. Nossa inspiração seguirá num caminho de apresentação de autores que ajudem a melhor aclarar o percurso de estudo da mudança social, oferecendo conceitos e visões compartilhadas pelos pesquisadores que analisam as relações sociais e políticas atuais.

Podemos dizer que a mudança social como objeto explícito de análise é advento relativamente recente no Brasil. Segundo Costa Pinto, data dos anos 30 (séc. XX), onde se verificou o início da institucionalização dos primeiros centros de pesquisa dedicados às Ciências Sociais. Tal iniciativa se deveu a uma tomada de consciência da mudança social na qual vivia o país. O autor sustenta que, além do fato de que "no Brasil, o ensino das Ciências Sociais em grau superior não teve organização autônoma antes de 1930..." (COSTA PINTO, 2012), foram nos primeiros anos após a Revolução de 30 que o ensino superior nesta área se institucionalizou como forma e tentativa de organização e aperfeiçoamento dos estudos que tentavam explicar as mudanças correntes na sociedade brasileira.

Talvez encontraremos, melhor do que em qualquer outra parte (...) a cristalização mais perfeita, já explícita e verbalizada, daquele anseio de difundir os estudos sociais e de desenvolver a formação de cientistas especializados – como meio e modo de tomar uma *consciência científica* e crítica dos processos de *mudança social* que estavam em curso naquela fase de transformações estruturais... (COSTA PINTO, 2012, p.283-284. *grifos do autor*).

O pensamento brasileiro neste período valeu-se de um “surto” das Ciências Sociais como um esforço sério e objetivo feito pelas elites dirigentes (intelectuais, políticos, militares brasileiros, etc.) no sentido da análise e compreensão dos problemas nacionais e da busca pela formação de quadros profissionais habilitados. Em linhas gerais, as inclinações dos pesquisadores da matéria voltavam-se ao uso das ciências humanas como ferramentas de “progresso social” no campo político e econômico.

No caso brasileiro, ademais, o esforço científico de estudo dos fenômenos sociais visava a busca das bases da integração nacional, e a orientação para o que deveria ser a "futura trajetória de nossa nacionalidade" (COSTA PINTO, 2012). A mudança social pela qual passava o país constituiu um ambiente de interesses "quase de mania" pelos estudos sociais, como consequência de uma nova etapa de "evolução cultural", segundo o autor.

Foi no seio da situação pós-revolucionária de 30 que resultou a necessidade e a possibilidade da criação de instituições de nível superior dedicadas à formação sistemática de pessoal habilitado para o ensino e a pesquisa no campo das Ciências Sociais, de centros de pesquisa que se tornaram núcleos propulsores desses estudos e de mercado de trabalho para os quadros técnicos que começaram a se formar (COSTA PINTO, 2012). Segundo a interpretação do autor, a mudança social foi tomada como foco de estudo neste período e até então, também sendo um dos fatores motivadores do aperfeiçoamento dos estudos das Ciências Sociais no Brasil.

Ao explicarem o movimento de formação histórica das ciências sociais, FORACCHI & FERNANDES (1982) apontam que os elementos da vida social passaram a ser notados, determinados - ou melhor - discutidos na esfera racional. "A constatação desse resultado, assim como a discussão desta possibilidade, supõe como condição básica na atividade do observador: a capacidade de *perceber...*" (FORACCHI & FERNANDES, 1982, p.12). Foi do ponto de vista das ciências sociais em diante que os primeiros teóricos da mudança social instituía seus saberes. A explicação das transformações sociais, através de uma abordagem racional, era sua principal motivação.

Segundo autores do campo social, como MACIONIS, 1987; PERSELL, 1987; RITZER *et al.*, 1987; e FARLEY, 1990; mudança social é a transformação da organização da sociedade e de seus padrões de pensamento e comportamento através do tempo, ou seja, *a modificação ou transformação da maneira como a sociedade é organizada*. Ainda segundo estes autores, as mudanças sociais também dizem respeito às variações das relações entre indivíduos, grupos, organizações, culturas e sociedades, e também são tidas como *alterações nos padrões de comportamento, relações, instituições e estruturas sociais através do tempo*. Para HELLER (1985) o tempo não é tão somente compreendido pelas noções da Física, mas do ponto de vista humanístico, o tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos, sendo o tempo histórico a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. Para a autora, a mudança social se dá no *tempo histórico* de que os homens dispõem para "fazer história". Ainda que diversas instituições do passado possam ser revividos ou mesmo permanecerem no cotidiano, o presente acontece em

constante e irreversível alteração. Por conta disso, o recorte temporal (bem como a noção de tempo histórico) são também importantes componentes conceituais da mudança.

ROSA & CANDIDO (1988) sugerem que é possível dizer que duas concepções básicas dividem os diagnósticos gerais dos pesquisadores acerca do significado da mudança social: de um lado, tal fenômeno é tomado como processo, e de outro, é visto como "transformação significativa" (ou revoluções) das estruturas, em contraposição às ideias e modificações mais superficiais. A posição das autoras é a de que mudanças sociais não são somente as grandes transformações estruturais, que revolucionam a sociedade num "macromovimento", como também as modificações mais superficiais, assim chamadas "micromudanças".

A iniciativa dos cientistas em tentar entender a mudança social destaca um conjunto de efeito diversos, dos quais notamos: (1) a constante ampliação do horizonte de problemas do homem, somados aos já existentes; (2) a possibilidade de revisão crítica das perspectivas tradicionais sob outros critérios de verificação; (3) a constante necessidade de novas explicações sociais; e, por fim, (4) a possibilidade de algum *controle* dos elementos da vida social, mediante o conhecimento objetivo dos mesmos (FORACCHI & FERNANDES, 1982).

Hoje podemos inferir que desvela-se sobre nós uma outra forma de cultura acadêmica nos estudos da mudança social, dotada de forte abordagem interdisciplinar e grande influência de autores contemporâneos, pós-críticos. Diante deste objeto de estudo (qual seja, a mudança social) que hoje é resgatado por diversos grupos de pesquisa em pós graduação, não só no Brasil, podemos observar traços de um campo que transborda a agenda de pesquisa das Ciências Sociais para se relacionar com outras temáticas e campos de saber. Também é possível dizer que tal campo se vale de novas ferramentas investigativas e discursos que, em seu conjunto, não necessariamente se harmonizam com as teorias e posicionamentos epistemológicos tradicionais. Podemos inferir que um exemplo ilustrativo desta outra forma de estudo da mudança social no país é a instituição da agenda de estudos do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP), radicado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo.

Segundo o banco de dados do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES (CAPES, 2015) o Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP), situa-se como primeiro e ainda único curso de pós-graduação no Brasil que apresenta como termo explícito, em seu título, a temática da *Mudança Social*.

Vinculado ao cadastro da CAPES como grupo multidisciplinar (grande área), e interdisciplinar (como área específica) o objetivo do PROMUSPP – depois de recente

reformulação – volta-se à formação de pesquisadores interessados nas transformações das “sociedades complexas”. Também objetiva debater os principais desafios “(...) *do desenvolvimento local, da participação política, das políticas públicas e dos fenômenos coletivos que ordenam as dinâmicas sociais, territoriais e as subjetividades nos processos de mudança social...*” (EACH, 2015). Como grupo instituidor de uma agenda de pesquisa interdisciplinar, o programa propõe-se a discutir reflexões neste domínio, apresentando duas linhas de pesquisa: (a) Participação política e desenvolvimento local; e (b) Ações coletivas, movimentos e mudanças sociais.

Resultado dos estudos do programa, a recente obra *Mobilização e Mudança social* organizada por ZANIRATO (2013) aporta textos dos diferentes grupos de pesquisa do PROMUSPP, onde se afiguram oportunidades, estudos e diagnósticos de processos de mudança social e participação política.

O final do século XX, início do XXI trouxeram à tona outras formas de ação coletiva expressas em explosões urbanas, movimentos com fortes componentes étnicos e de gênero, com múltiplas demandas. Essas ações indicam que as propostas de mudança social estão ligadas a novas formas de participação (...). Essas modificações expressam as novas formas do fazer política, que não são elaboradas unicamente pelo Estado, mas que requerem um nível satisfatório de participação da sociedade civil... (ZANIRATO, 2013).

Através desta publicação, podemos traçar as diversas interfaces temáticas de discussão acerca da mudança social, produzidas pelo PROMUSPP. Tal abordagem orbita temas como: governança participativa; dimensão socioambiental; conflitos territoriais e urbanos; proteção do patrimônio cultural; dinâmicas de poder; educação; saúde coletiva; relações de gênero e luta operária, dentre outras temáticas. Nesta agenda de estudos sobre mudança social e participação política, no interior do PROMUSPP, notamos dinâmicas de estudo e pesquisa variadas, que ilustram o caleidoscópio interdisciplinar que sustenta esta leitura de campo.

No momento em que eu, como orientando e pesquisador do PROMUSPP, passei a estudar os autores e temas que me eram apresentados (já em 2013), tive grande dificuldade em elencar referências teóricas que justificassem a presença deste campo novo, ou mesmo que delimitassem conceitualmente a ideia de mudança social. Meu projeto, de início, não era sobre a análise da mudança social como objeto de estudo do programa, mas sobre que tipo de mudança social uma instituição muito específica poderia ter operado em sua existência. Foi na busca do significado conceitual de “*mudança social*” que passei a nutrir minhas diversas inquietações acadêmicas, que confluíram para o projeto que representa este presente trabalho.

Diferentes professores auxiliares deste meu processo acadêmico guardavam diferentes coleções de autores e referências, que muito embora me servissem para o entendimento de temas pontuais em sua especificidade, não me ofereciam segurança de entendimento mais geral do campo em que estava adentrando. Não que os campos de pesquisa, mesmo os tradicionais, sejam espaços “completamente seguros”, de calços certos e referências canônicas: mas creio que a necessidade de elencar referências básicas como ferramenta introdutória, ou mesmo como forma de se delinear as possíveis descobertas e possibilidades do campo, é um aspecto primordial do posicionamento básico de qualquer coletivo de pesquisadores, ou mesmo de qualquer grande projeto coletivo de pesquisa. Daí o vislumbre da necessidade de uma “meta-dissertação” que sugerisse essa coleção introdutória de referências, ou seja, uma teorização sobre a teorização do campo, oferecendo ecos introdutórios e referências gerais e recorrentes como uma contribuição teórica para o programa.

Foi deste ponto em diante que procurei construir uma dissertação que também servisse como contribuição para os colegas que entrassem no PROMUSPP e que tivessem as mesmas dúvidas que eu. O presente trabalho, portanto, também é uma forma de compreender qual é a atmosfera teórica que justifica o campo da mudança social e da participação política como um campo de estudos inovador e coeso.

Buscando responder o questionamento “*Quem estuda a mudança social hoje, lê quais autores?*”, sugerido pelo meu orientador Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho, procurei juntar as referências observadas e apresentar uma espécie de “porta de entrada”. Tenho a consciência de que o presente trabalho não é a palavra final sobre a produção científica do PROMUSPP, ou talvez sobre a atual “ciência da mudança social”, mas com toda certeza é mais um passo no esclarecimento dos autores que poderíamos inferir ser suas referências introdutórias principais até então, consoante o resultado da produção dos pesquisadores da temática.

Assim como sugeriu Florestan Fernandes, conceber a validade da mudança social como objeto de estudo e agenda de pesquisa no Brasil é importante porque auxilia o pesquisador e seus apreciadores – de alguma forma, e de maneira consciente – a perceber como *construir* sua própria história (individual e coletiva), e não apenas *vivê-la* sem responsabilidades (FERNANDES, 2008). Buscar entender a mudança social nos permite não somente notar alguns dos avanços ou retrocessos econômicos no seio da sociedade, como também nos auxilia na construção de alguma compreensão acerca da complexa relação entre (i) os movimentos sociais, suas lutas e suas demandas; (ii) entre as ações particulares de poderosos e suas inspirações; (iii) entre os projetos não governamentais da sociedade civil; (iv) entre os grandes planos do Estado

e seus graus de previsibilidade e planejamento do novo, dentre outras diversas questões que vão ao encontro de nosso tema.

Esta recente perspectiva de estudos sobre mudança social e participação política que comentamos, ilustra um contexto onde a reflexão sobre a mudança não se dá de forma apartada dos sujeitos e seus interesses. Caberia dizer que tal campo pretende refletir como os sujeitos formulam seus entendimentos e atuam – militam, lutam, recriam, advogam, defendem – a mudança que pretendem. Ou seja, trata-se de um campo onde a mudança social não tão somente vista como um “processo”, mas também como “projeto”.

Podemos inferir que a leitura da mudança social, nos parâmetros apresentados, comunga do ponto de vista de que o mundo contemporâneo é cada vez mais problematizado e discutido. Na medida em que novos autores e novos discursos se fazem representar através da participação popular, novas perspectivas tomam protagonismo na vida social. Neste sentido, é importante reconhecer a importância de se pensar a sociedade e sua transformação sob diferentes padrões. O presente trabalho visará, portanto, a apresentação de um panorama introdutório de referências autorais que tem auxiliado os pesquisadores na compreensão deste modo específico, interdisciplinar e pós-crítico, de estudo da mudança social.

2 A Mudança Social como objeto de estudo: programas, temas e referências

Todo o caleidoscópio de referências autorais e temas assumidos pelos pesquisadores da mudança social, com muita dificuldade poderiam ser resumidos em apenas um possível eixo disciplinar ou mesmo temático, pois é grande a dispersão de objetos de pesquisa e de autores utilizados pelos diversos produtores de conhecimento desta área. Nossa pesquisa se estendeu, portanto, através de um panorama bibliográfico geral multitemático, no qual buscamos autores e referências que pudessem servir como porta de entrada para um domínio introdutório da área.

No caso brasileiro, o campo de pesquisa do PROMUSPP, embora ainda bastante novo e não possuindo referências centrais sedimentadas, permite-nos algumas análises totalizantes. Observando todas as 25 dissertações apresentadas pelos alunos do programa (*até o momento da análise proposta neste capítulo*), e disponíveis no repositório TESES USP (2015), podemos inferir aspectos recorrentes das abordagens teóricas propostas até então, bem como seus temas e principais autores referenciados. Através da análise do *ranking* de palavras-chave podemos conhecer a dispersão temática de estudos do programa.

Tabela 1 – *Ranking de Palavras-Chave (Dissertações Promuspp)*

Palavras Chave	Ocorrências
Políticas Públicas	7
Participação Política	7
Memória	5
Questão Urbana (e temas correlatos)	5
Educação (e temas correlatos)	4
Consciência Política	3
Identidade	2
Psicologia Política	2
Interdisciplinaridade	2
Agricultura (e temas correlatos)	2
Outros	77
<i>Total de palavras (25 dissertações)</i>	
	117

Fonte: TESES USP (2015).

Dentre os outros temas tratados, que figuram dentre as palavras chave, temos – como comentamos – uma grande dispersão temática, decorrente dos diferentes objetos de estudo adotados pelos pesquisadores. São alguns deles: *Anarquismo; Avaliação em larga escala; Biocombustíveis; Cartografia; Cinema; Corpo; Corrupção; Cotas Raciais; Desenvolvimento*

econômico regional; Dimensão social; Discriminação Racial; Dominação Política; Ecodesenvolvimento; Economia Solidária; Filosofia da Diferença; Greenwashing; Habitação, dentre diversos outros temas. Observando um núcleo de interesse comum, temos como temática recorrente a temática das (i) políticas públicas e da (ii) participação política, bem como o debate sobre (iii) memória, e sobre a (iv) temática das urbanidades.

Cada dissertação, visando o estudo de seu tema próprio, lança mão de autores específicos para a abordagem de seus objetos. Muito porém, mesmo diante da escala de especificidade de cada trabalho, é possível traçar um núcleo comum de autores referenciados, ou seja, analisando todas as dissertações disponíveis é possível notar autores recorrentes nas análises desenvolvidas. São eles: BAUMAN (1999, 2008), CASTELLS (1999), FERNANDES (1960), FOUCAULT (2010), HABERMAS (2003), HARVEY (2008), HELLER (1985, 1994a, 1994b), LEFEBVRE (1999, 2008), MORIN (2005), NICOLESCU (1999), SANTOS (1988a, 1988b, 2007), SOUZA (2006) e TILLY (2010). Tais autores foram referenciados duas vezes ou mais pelos pesquisadores ao longo das 25 dissertações já apresentadas e instaladas no repositório virtual do programa.

Como diagnóstico principal, podemos antecipar que por conta dos diferentes objetivos de análise de cada pesquisador desta área, vivemos – no PROMUSPP – num campo de construção teórica que pode ser representado ainda como uma “tinta fresca”, de um tom muito bem definido mais ainda por sedimentar sua cor. Analogias à parte, podemos dizer portanto que não é claramente possível elencar autores chave que sejam teoricamente consensuais entre os pesquisadores, muito embora cada um deles tenha (no interior de seus grupos e de sua experiência acadêmica) referências específicas notórias e que legitimamente esclarecem seus objetos estudados. Nossa dissertação será, portanto – com o objetivo de ser uma revisão teórica introdutória do campo – também uma bricolagem bem diversa de temas, teorias e de autores; como resultado de ideias gerais ainda inacabadas sobre o que poderia representar, para os autores do programa, a complexidade da mudança social no tempo presente, em constante transformação e sob profunda ebulição social.

No que concerne à pesquisa em mudança social em outros países o diagnóstico de dispersão temática e de autores se mantém. Por exemplo, o estudo da mudança social (*social change*) nos Estados Unidos, assim como no Brasil, também transborda os currículos dos cursos de Sociologia e História.

Para além da valorização da cultura empreendedora muito presente no ideário estadunidense, oriunda de um mercado de consumo profundamente intenso, também existe o

que podemos chamar de “cultura das iniciativas sociais comunitárias” e do *welfare*¹ (também presente no Brasil). Como se sabe é grande o número de associações e agremiações nos EUA, dos mais diferentes interesses e missões, e a ideia de “*empowerment*” (“empoderamento”) é constantemente resgatada por diversas delas (JIMENEZ, 2014). Ademais, a tradição de obras norte americanas sobre governança e administração pública oferecem grandes influências acerca da leitura da mudança social planejada ou regulada pelo Estado.

É importante citar que existe uma tradição sedimentada de estudos sobre mudança social e sociedade civil nos EUA. É o que indica a presença de centros de pesquisa tradicionais, como o *Center for Research on Social Change*, da Universidade de Berkeley, na Califórnia (CRSC, 2015); o *Law & Social Change Program*, da Universidade de Direito de Harvard (HARVARD, 2015). Os exemplos supracitados congregam debates interdisciplinares sobre os mais diversos temas do mosaico da mudança social dos Estados Unidos desde os anos 70.

Através da defesa de uma abordagem para o estudo e prática da mudança social baseada no entendimento das complexas relações entre história política, políticas públicas, desenvolvimento e poder no seio das sociedades, os programas estadunidenses sondados também podem ser caracterizados pelas suas práticas de extensão universitária. Algumas das instituições, inclusive, como o programa de pós-graduação *Internacional Development and Social Change* da Clark University (CLARK, 2015) possuem iniciativas de desenvolvimento de projetos voltados para um engajamento criativo com comunidades, movimentos sociais e grupos que possuam agendas próprias de mudança social e desenvolvimento econômico.

São temas gerais tratados nos estudos dos programas observados: movimentos sociais globais e sociedade civil; poder das corporações; raça e nacionalismo; saúde global e justiça social; educação; direitos humanos; migrações e refugiados. São exemplos de disciplinas: fundamentos da economia; gênero e saúde; campesinato, desenvolvimento e reforma agrária; fome e segurança alimentar; militarização e desenvolvimento; movimentos sociais e o Estado, dentre outros².

¹ A ideia de “*welfare*”, ou bem-estar social, se refere ao discurso que defende a provisão de um nível mínimo de apoio social a todos os cidadãos de um país. Na maioria dos países o *welfare* é provido pelo governo, junto a instituições filantrópicas, ONGs, grupos sociais informais, grupos religiosos e organizações intergovernamentais (JIMENEZ, 2014).

² Um trecho que poderia muito bem ilustrar a agenda de estudos da mudança social nos Estados Unidos é a ementa da disciplina “*Power, Strategy and Social Change*”, da The New School de Nova York. A principal abordagem do curso, que entendemos ser uma das recorrentes dentre os programas norte-americanos, é a de que as expressões “poder” e “mudança social” são conceitos profundamente intrincados, ou seja, atores políticos de todas as vertentes ideológicas buscam poder e estruturam suas estratégias próprias visando a transformação social que acreditam e defendem: “*We have to explore the meaning of social change, the nature of power—and, most importantly, the methods people have used to deploy power in their efforts to change policies, organizations or cities. We will learn*

Ao diferenciar a mudança individual (baseada no crescimento humano dos cidadãos, seu aprendizado e sua construção de relacionamentos) da mudança social (baseada no conjunto da mudança de experiências sociais coletivas), os programas sondados visam – através do resgate das teorias sociológicas clássicas e contemporâneas, bem como através de demais debates de fronteira em outras áreas – discutir questões como: *o que os sociólogos definem como mudança social? O que causa a mudança social? Como mudanças de larga escala afetam nossa individualidade? Como operar a mudança?* Em linhas gerais, as abordagens adotadas demonstram reforçar a importância do papel da informação e da tecnologia, das corporações, do Estado, dos movimentos sociais, e das guerras e revoluções no entendimento do processo de mudança social.

Dentre o grande número de autores de que os pesquisadores lançam mão, e observando publicações disponíveis dos programas bem como (em caráter complementar) ementas de disciplinas da área, podemos observar a recorrência no estudo da mudança social nos Estados Unidos, referências como: GECAN (2002), BAUMGARTNER & JONES (1993), RANSBY (2005), ARENDT (1986), FOUCAULT (1977), WALLERSTEIN (2004), CASTELLS (2009), NISBET (1969), TILLY (2004), MCADAM, TAROW & TILLY (2001), GOLDSTONE (1991) e MOORE (1966).

Na atmosfera acadêmica europeia de estudos sobre a mudança social, também conseguimos ilustrar ambientes temáticos diversos, coletando referências que apresentam algum nível de recorrência. Mais especificamente na Universidade de Lisboa – um segundo exemplo de nosso panorama – podemos encontrar uma agenda de pesquisa voltada para a temática da mudança social, bem como uma coleção diversa de autores e de temáticas.

A agenda integrada chamada “*Sociedades em mudança: Legados e Transformações*” da Universidade de Lisboa – pretende congrega estudos oriundos de diferentes áreas disciplinares, como Antropologia Social e Cultural, Ciência Política, Economia, Geografia Humana, História, Psicologia Social e Sociologia, com o objetivo de ampliar a discussão e a apresentação das principais questões sociais portuguesas contemporâneas (ICS, 2015). Mais uma vez, notamos o emprego da interdisciplinaridade nas discussões da mudança social.

theories of power, and we will look at real-life cases to see how theory is applied. We will explore how power and resources can be acquired, evaluated, mobilized, and deployed in the service of promoting a particular agenda for change. Strategy, too, comes in many forms; there are nearly as many strategies as there are organizations pursuing them. We will identify common themes and analyze the choices people have made in their strategic pursuit of the power necessary to achieve their goals...” (THE NEW SCHOOL, 2015).

Para alcançar seus objetivos, a dinâmica de pesquisa da agenda supracitada é organizada em sete grupos temáticos de investigação: Poder, Sociedade e Globalização; Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-Coloniais; Regimes e Instituições Políticas; Atitudes e Comportamentos Sócio-Políticos; Estilos de Vida, Desigualdade e Solidariedade: Práticas e Políticas; Identidades, Culturas e Vulnerabilidades; Ambiente, Território e Sociedade.

A Universidade de Lisboa, no tocante ao estudo interdisciplinar da mudança social, também é uma instituição que soma pesquisas desde a década de 70. Com a mudança política portuguesa em 1974 (através da Revolução dos Cravos, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo) as ciências sociais floresceram em Portugal (ICS, 2015). Aproveitando o regresso de numerosos intelectuais exilados, a Universidade aumentou o seu quadro e diversificou a investigação social no país. Reforçaram-se então os ferramentais metodológicos de estudo da história recente de Portugal contribuindo para um conhecimento aprofundado dos problemas contemporâneos portugueses e uma integração maior entre os cursos da Universidade. Outras inovações deste período incluem os grandes colóquios temáticos, em que a Universidade de Lisboa foi pioneira, e dos quais resultaram publicações importantes para o estudo da mudança social no país como: “O Século XIX em Portugal” (1979), “O Movimento Operário” (1981), “A Formação de Portugal Contemporâneo” (1981) e a “A mulher em Portugal” (1985). A multiplicação de publicações científicas voltadas para a análise da sociodinâmica portuguesa, um traço fundamental da Universidade de Lisboa, foi produto desta época e divisa importantes estudos até hoje (ICS, 2015).

Dentre o grande número de autores de que os pesquisadores lançam mão, e observando publicações disponíveis (mais especificamente os *working papers* dos pesquisadores nos anos de 2014, 2013 e 2012), podemos observar nesta instituição de referência em Portugal, a recorrência no estudo da mudança social visitada em autores como: ADORNO (1947), BAUMAN (1999), BOURDIEU (1980, 2003, 2007), ELIAS (1990), EMIRBAYER *et al.* (2005), FOUCAULT (1977), GIDDENS (1986) e HABERMAS (1990), CASTELLS (2009) dentre diversos outros.

Já o programa “*Globalización y Cambio Social: Desigualdades, Fronteras e Redes Sociales*”, radicado na Universidade de Huelva, da Andalucia espanhola, responde à demanda de compreensão das sociedades contemporâneas, notadamente a sociedade europeia, atualmente integrada por um mercado único e altamente globalizado. Mais especificamente, o programa também situa-se como um dos eixos temáticos do grupo intitulado *Estudios Sociales e Intervención Social – ESEIS*, da mesma instituição.

O programa citado visa desenvolver estudos que tomem como foco a relação entre a mudança social e a intervenção social, neste atual contexto global dos países (ESEIS, 2015). Os grupos de pesquisa do programa tomam como linhas de investigação temas também diversos como: estrutura social e mudança social; populações e migrações; mulher e prisão; intervenção social, serviços sociais, política social, participação social e movimentos sociais; pedagogia, participação e cidadania; meio ambiente e turismo; cooperação estrangeira, dentre outras temáticas. O grupo de estudo apresenta em seu site institucional uma série de artigos (produzidos entre os anos de 2010 e 2015) e livros publicados.

Dentre o grande número de autores de que os pesquisadores lançam mão, e observando publicações disponíveis dos programas bem como (complementarmente) ementas de disciplinas da área, podemos observar a recorrência no estudo da mudança social nestes programas, referências como: SASSEN (1988), SOROKIN (1937), WEEKS (1990), TARROW (2009), CASTELLS (2000, 1999, 2013), SZTOMPKA (1998) e ROCHER (1985). Com relação aos estudos da mudança social na Espanha, destacam-se as obras de CABALLERO (1999, 2000, 2001), socióloga e pesquisadora de temáticas como a sociologia das migrações, análise de redes sociais, e estrutura e mudança social. Atualmente, a Professora Estrella Caballero dirige o programa supracitado, na Universidade de Huelva.

Como um segundo exemplo espanhol, podemos citar o curso de mestrado em “Comunicação e Cultura” da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB, 2015). Muito embora o curso não tenha, especificamente em seu nome a expressão “mudança social”, através da disciplina “Comunicação, Desenvolvimento e Mudança Social”, podemos encontrar mais um campo de exploração e pesquisa vinculada à teoria da mudança social. Qual seja, o da “comunicação”.

La comunicación contribuye a la reflexión sobre lo que las comunidades o sociedades creen qué es el desarrollo, facilita entornos para que se determinen las metas y estrategias, permite analizar las realidades de los pueblos y establecer políticas a seguir, y se convierte en una herramienta clave para promover procesos de cambio a nivel político, social, comunitario e individual... (UAB, 2015).

Os pesquisadores desta linha inferem que o desenvolvimento e a mudança social não são temáticas *exclusivas* das discussões sobre políticas públicas, sobre economias ou sobre a sociologia da modernidade: a mudança social, para o programa, é também fruto da ação humana no campo da comunicação. Neste sentido, cenários e espaços são apropriados para que questionamentos ganhem notoriedade, ou seja, esta perspectiva lembra que o processo de participação política é, em sua complexidade, também um processo de comunicação. São

autores referenciados, que discutem o paradigma da comunicação e do desenvolvimento, ALFARO (2005), BELTRÁN (2006), ESCOBAR (2003), URREA (2003), WAISBORD (2001), dentre diversos outros.

O programa de mestrado em “Comunicação e Mudança Social”, da Universidade Ibero-Americana do México, é exemplo explícito de programa voltado à temática da mudança social, e que também congrega a discussão sobre comunicação. Diferentes países como Filipinas, Canadá, Dinamarca, Colômbia e Argentina tem sido pioneiros na oferta de programas de estudos voltados para a comunicação, para o desenvolvimento e para a mudança social (IBEROPUEBLA, 2015). A Universidade Iberoamericana Puebla é a primeira casa de estudos no México que oferece um programa de mestrado nesta temática, e mais uma pioneira no campo de estudos da mudança social. Seu programa de mestrado pretende gerar processos de intervenção centrados nas dinâmicas comunicativas das comunidades, organizações e instituições, com vistas à transformação social.

Para o programa mexicano, a comunicação para a mudança social é um processo intimamente relacionado com a tomada de decisões, e que promove diálogos de negociação. Se trata de uma forma de trabalho que dispõe em prática ferramentas e instrumentos que fomentam a transformação. Também é interesse do programa colocar em prática o desenvolvimento de planos, projetos, políticas e iniciativas que atendam às necessidades da sociedade mexicana (principalmente a necessidade de grupos marginais ou emergentes) que necessitam não só do desenho, implementação e avaliação de políticas específicas, como também de locais de participação para que construam o futuro que almejam.

São temas variados os discutidos no programa, como: teorias da comunicação e do desenvolvimento, cultura e comunicação, gestão econômica e financeira, comunicação participativa, problemas contemporâneos, cidadania e espaço público, atores emergentes, dentre outros. Observando o grande número de autores de que os pesquisadores lançam mão e bibliografias recomendadas pelos grupos de pesquisa, bem como (complementarmente) ementas de disciplinas da área, podemos observar a recorrência no estudo da mudança social neste programa, referências como: CASTELLS (2009), GIDDENS (1986, 1991), ESCOBAR (2013), GUMUCIO (2011), BELTRÁN (2006), DAGRON (2006), BAUMAN (1999), TILLY (2004), dentre diversos outros.

É interessante observar que a concepção da comunicação para o desenvolvimento e mudança social é uma temática bastante desenvolvida na América Latina. Segundo DAGRON (2006), a região apresenta vanguarda nos estudos envolvendo comunicação e mudança social.

El aporte de América Latina como región pionera en la comunicación para el desarrollo y pionera en la generación tanto de prácticas concretas como de pensamiento crítico, será significativo. Tenemos todas las condiciones para incidir (...), para hacer que el pensamiento crítico sobre la comunicación para el cambio social y la comunicación desde el desarrollo, desde la perspectiva de participación, marque una posición y no se sume simplemente al coro auto-congratulatorio de las burocracias que hasta ahora deciden las agendas del desarrollo global. Tenemos pensamiento crítico y experiencias como ninguna otra región del mundo; esa es nuestra ventaja notable... (DAGRÓN, 2006).

No XII Congreso Latinoamericano de Investigaciones de la Comunicación, radicado em Lima, no Perú, no ano de 2004 (ALAIC, 2015), somaram-se contribuições de pesquisadores colombianos, uruguaios, argentinos e peruanos – de diferentes instituições de ensino – acerca da teoria e prática da comunicação voltada para a mudança social. No caso latino, a ideia de que a comunicação é essencial para a mudança social parte da premissa de que as causas do subdesenvolvimento são estruturais, remontando à posse da terra, falta de liberdades coletivas, opressão de culturas indígenas e a injustiça social. Neste sentido, a comunicação move atores coletivos em direção à defesa de seus interesses.

O programa de mestrado em “*Comunicación, Desarrollo y Cambio Social*”, da universidade colombiana Santo Tomás exemplifica a realidade de estudos da comunicação e da mudança social neste sentido, tomando como missão a formação de sujeitos através de uma sólida base teórica, ética e crítica, que lhes permita apostar e auxiliar na gestão de processos de transformação social de realidades locais. O programa defende também, bem como a grande maioria das instituições e outros programas observados por nós, uma vocação interdisciplinar de pesquisa, que promova uma investigação aprofundada dos objetos estudados (USTA, 2015).

Os pesquisadores do programa se dividem em cinco eixos de pesquisa: comunicação, desenvolvimento e mudança social; narrativas, representações e tecnologias midiáticas; comunicação saúde, meio ambiente e sustentabilidade; comunicação, direitos e memória. O plano geral de estudos do programa também divide seus esforços em quatro grandes eixos interdisciplinares de interesse: (a) visões do desenvolvimento no contexto das lutas e transformações sociais da sociedade contemporânea; (b) perspectivas itinerários e práticas comunicativas em relação com o desenvolvimento e a mudança social; (c) a perspectiva crítica frente aos discursos para a transformação social na sociedade da informação e do conhecimento; e, por fim, (d) perspectivas de investigação social para a compreensão da complexidade da realidade contemporânea (USTA, 2015).

Dentre o grande número de autores de que os pesquisadores lançam mão, e observando publicações disponíveis notamos referências como: BAUMAN (1999, 2008) BELTRÁN

(2006), MEDINA (2010), MONTOYA (1992), HABERMAS (2003), HORKHEIMER (2003). É possível notar um destaque considerável para as obras *Comunicación para el cambio social* de GUMUCIO (2011), e *Comunicación, desarrollo y cambio social: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y médios* de CADAVID (2011).

Em linhas gerais, tomando como orientação o presente panorama de programas, temas e referências do campo de estudo da mudança social (não só no Brasil, como em outros países que congregam agendas de pesquisa explicitamente semelhantes), podemos notar a dimensão multitemática da área, e seus diversos vínculos, tais como: mudança social e direitos; globalização, desenvolvimento e mudança social; sustentabilidade, meio ambiente e mudança social; comunicação e mudança social; dentre tantos outros temas correlatos observados. Um segundo diagnóstico possível, relacionado à dispersão de autores e a baixa recorrência de referências (que poderiam ser elencadas como principais), se deve ao fato – acreditamos – do forte caráter interdisciplinar deste campo de estudos novo, e também se deve ao nível de complexidade dos objetos estudados, que demandam aportes de autores variados. É possível observar que, quanto maior o nível de interdisciplinaridade de um campo temático, menor é a tendência de recorrência de autores (um aspecto comum de disciplinas tradicionais), e quanto maior a complexidade ou especificidade de estudo de um determinado objeto, também menores são as chances de um grande aglomerado de pesquisas complexas de um mesmo programa congregarem – com grau elevado de recorrência – determinados autores. Um outro aspecto a salientar é a particularidade do fenômeno da mudança social em cada país: cada sociedade apresentará sua sociodinâmica própria, dependendo portanto, de diferentes recursos e leituras interpretativas para cada caso.

Observando melhor características destes autores recorrentes, notamos que grande parte deles são nascidos na primeira metade do século XX e sua grande maioria tem como origem acadêmica a sociologia. Em linhas gerais, tomaremos alguns dos autores citados em nosso panorama como elementos introdutórios aclaradores do debate acerca da teoria da mudança social, mais especificamente autores como Bauman, Castells e Tilly (e outros) que figuraram com algum grau maior de recorrência dentre os programas observados. É importante salientar também, que dissertaremos sobre os debates autorais tomando como ênfase as recorrências de referências do PROMUSPP, parte delas justificada e endossada pela produção em outros países.

Através da leitura de Zygmunt Bauman descobriremos a fragmentação da vida humana diante das fortes mudanças sociais vislumbradas na passagem do século XX para o XXI. A multiplicação da humanidade no planeta, notadamente a multiplicação das conexões, das relações e das comunicações espalhadas em todo o globo fizeram das relações humanas

conexões líquidas, incertas – de “conectividades” e “desconectividades” – onde as questões da identidade individual tomam o centro da atividade humana dos cidadãos. Ao mesmo tempo que poderíamos supor que de alguma forma estamos numa posição de maior interdependência uns dos outros, a indiferença ao “bem comum” contrasta com essa possibilidade, estando grande parte das pessoas mais preocupadas com sua segurança individual e suas relações sociais mais imediatas do que com as discussões democráticas mais coletivas, de alto interesse público.

Através de Manuel Castells, identificaremos que tais indivíduos – na égide do que poderíamos chamar de Revolução Tecnológica Informacional – compartilham interesses através de uma trama de relações. Neste sentido, a ordem social da atualidade pode ser representada por uma *rede* de canais, por meio do qual a busca pela vida é conduzida: significados são compartilhados, informações são geridas, emprego e fluxo de capitais são condicionados, etc. A sociedade em rede anunciada por Castells passa a representar, então, uma das principais mudanças sociais desta transição atentada por Bauman. Neste tipo de sociedade, os fluxos de informação e comunicação, bem como as imagens e sentidos compartilhados entre as redes, constituem o encadeamento básico desta nova estrutura social. Na dinâmica das redes, o poder dos fluxos de informação muitas vezes não se institui de forma democrática, tão pouco a reprodução do capitalismo global do novo milênio tem demonstrado tendências a diminuir seu processo de centralização de renda, poder e influência. Neste ambiente de aflições econômicas (de cinismo político, vazio e desesperança pessoal), as desigualdades de poder continuam contingenciando a vida de muitos indivíduos.

É então, nas considerações traçadas por Charles Tilly, que coletivos chamados movimentos sociais instituem-se em redes de interesse, unindo-se. Da segurança do ciberespaço e da notoriedade das ruas e campanhas nacionais, pessoas de todas as idades e condições passam a ocupar o espaço público, num encontro entre si e com o destino que desejam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história numa manifestação de autoconsciência. Daí a importância da participação política na ressignificação do espaço público e da vida corrente, também como componentes importantes da mudança social. Tais movimentos sociais, dentre outras militâncias – de intelectuais, figuras políticas e indivíduos críticos das mazelas sociais atuais – são importantíssimos na transformação cultural e dos interesses instituídos. A rejeição mundial – no Brasil inclusive – do cidadão à classe política, aos partidos, aos governos, centra-se na percepção de que eles não respondem suficientemente aos interesses dos cidadãos. Uma das grandes mudanças sociais do atual período que vivemos, e o que também se institui como outra via de mudança social, é o fato dos movimentos sociais e dos indivíduos engajados

mostrarem aos cidadãos que é possível pensar e atuar fora das instituições, não só para rechaçá-las, mas também para melhorá-las.

Mesmo diante deste panorama diverso, fruto do esforço de autores e pesquisadores contemporâneos da mudança social, é possível sustentar leituras e debates mais aprofundados destes autores (somados a alguns outros, que entendemos também serem importantes para a finalidade de exemplificar introdutoriamente a complexidade da mudança social estudada no tempo presente). É o que faremos em nosso próximo tópico.

3 Em busca de uma síntese teórica introdutória

Muito embora as sociedades sempre tenham apresentado sua mutabilidade, sua sociodinâmica, a ideia de mudança social que pretendemos articular no presente trabalho não poderia surgir antes da “descoberta” das sociedades através da ciência. A mudança social que nos referimos – nosso objeto de estudo – portanto, é um conceito datável: nascido a partir da construção científica da noção de *sociedade*. Somente após o desenvolvimento desta noção que poderíamos inferir o surgimento do “vislumbre racional” ou “racionalmente explicável” da dinâmica que sustenta a mudança das relações sociais, estruturas, costumes, culturas, etc.

A construção da ideia científica de sociedade remonta a Europa do século XVII, mais especificamente o final da Idade Média, o local e o período onde a forma de conceber os fenômenos correntes da vida passou por fortes transformações na transição de uma sociedade “teocêntrica” para o início de uma inclinação “antropocêntrica” de sociedade. Neste período, o fenômeno da *secularização* aportou novos domínios e técnicas de vida, não mais vinculados ao sagrado, como antes. A Europa do século XVII se verifica em um processo de redefinição da mentalidade comum de seus cidadãos, e tal sociedade de um modo geral passa a cogitar a exigência de novas soluções para os problemas vividos. Muito embora a sociedade já “acontecesse” antes deste período, é nele que o homem passa a se compreender a partir de si próprio (DAMÁSIO, 2008).

O termo “secularização” já aparecia nos escritos neo-testamentários do apóstolo Paulo designando sob o aspecto “saeculum”, o século: trata-se da temporalidade deste mundo, a dimensão mundana da vida humana, associada à dimensão do pecado. Compreende-se assim, que a expressão “retornar ao século” significa retornar ao mundo profano, identificando-se desta forma, com a laicização. Mais globalmente, a secularização designa o processo visível desde o final da Idade Média que vê atividades ou dimensões da vida humana ligados à esfera religiosa como a Arte, a Ética, a Moral ou a Política cortar-se de toda referência ao sagrado ou transcendência... (DAMÁSIO, 2008, p.32).

Foi neste novo universo de ideias que se desenvolveram diferentes movimentos intelectuais e filosóficos, tais como o movimento Iluminista e seu pensamento adepto. De um modo mais amplo, a possibilidade de se reformar a sociedade – *racionalmente* – começa a se constituir como inspiração aparente na mentalidade do indivíduo deste tempo. Através do advento das grandes navegações e a incipiente introdução do processo de globalização, “as sociedades puderam ser comparadas umas às outras, fazendo com que houvesse um maior questionamento sobre sua organização...” (DAMÁSIO, 2005).

De forma geral os séculos XVII e XVIII foram herdeiros da racionalização progressiva do pensamento social. "Podemos, se quisermos, dizer que o século XVII marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza de ordem científica..." (FOUCAULT, 2007, p.75). Neste tempo, triunfam o pensamento racionalista e individualista modernos: as artes e a ciência "emancipam-se" progressivamente do pensamento da Igreja, ao mesmo tempo em que o Estado moderno se constrói (junto à unificação das monarquias nacionais) se centraliza, e se burocratiza.

Surgem, portanto, novas "formas de pensar" (como sugere Foucault, na obra *"As palavras e as coisas"*), bem como uma nova política e até mesmo uma nova religião (agora um objeto a ser pensado, relativizado e relacionado com a imposição de normas).

Não importa em que domínio, a religião entra em concorrência com uma nova visão do lugar do homem num mundo a conquistar e a organizar. Como a Igreja, que era a peça mestra do dispositivo de socialização e do controle social das sociedades do passado, perde essa função, aí, o conceito de secularização pode, extensivamente, designar a perda de influência da religião na sociedade... (DAMÁSIO, 2005, p.1).

A atividade do espírito (...) não mais consistirá, pois, em *aproximar* as coisas entre si, em partir em busca de tudo o que nelas possa revelar como que um parentesco, uma atração ou uma natureza secretamente partilhada, mas ao contrário, em *discernir*: isto é, em estabelecer as identidades, depois a necessidade da passagem a todos os graus de que delas se afastam... (FOUCAULT, 2007, p.76. Grifos do autor).

Com o auxílio das considerações dos autores supracitados, podemos concluir que foi o "refinamento racionalizado" da capacidade do gênero humano em refletir sua própria vida e planejá-la – a partir de si mesmo (no *"se perceber"*) e não mais somente a partir de Deus³ – o estopim que possibilitou as novas conexões racionais entre seu pensamento e a sociedade. Ademais, a perspectiva de ação do pensador (ou planejador) diante da realidade que observa,

³ Ainda que consideremos o advento da secularização como um início da racionalização progressiva do pensamento social, *não podemos negar a importância da religião como força motriz de atitudes e crenças, e também de mudanças sociais*. As atitudes e crenças - religiosas em alguns casos - ajudam a explicar por que as pessoas tão frequentemente agem de maneiras que contradizem a noção da "opção racional". "Em todo o mundo, cidadãos e líderes políticos agem com base na convicção e não apenas em seus interesses individuais. Eles criam ou participam de organizações e trabalham sem descanso para melhorar suas vidas ou as de outras pessoas. (...) A religião talvez seja a força que mais molda atitudes e crenças. (...) Embora a secularização tenha sido uma característica marcante de estilo de vida europeu nos últimos 50 anos, em grande parte do resto do mundo as instituições religiosas continuam desempenhando um papel central na vida comunitária..." (GREEN, 2009, p. 38-40)."

discerne e critica – assim como infere FOUCAULT (2007) – é algo fruto de um processo paulatino, de um saber de proporções históricas a qual compete uma origem e uma arqueologia.

Segundo Foucault, primeiro os filósofos, estudiosos ou “pesquisadores clássicos” explicavam seu mundo por intermédio do esforço de comparação. As coisas se esclareciam entre si porque se *assimilavam*, ou porque *emulavam* umas às outras. Com o advento de novas formas de se pensar o mundo, vigorantes no século XVII e seu movimento de “emancipação ideológica” da influência da Igreja, constituiu-se então não mais um indivíduo observador que explicava os efeitos e a materialidade da vida por intermédio da *similitude*, mas sim um outro tipo de indivíduo – não menos ou mais observador – mas que ilustrava o objeto observado, porém, por intermédio da *identidade* e da *diferença*.

Inaugurou-se então, neste movimento, a figura do intelectual moderno, compelido pela crítica e por inspirações mais voltadas às explicações das coisas pela sua oposição e classificação do que pela sua semelhança. Este homem novo, este pensador moderno, portanto, não usará mais a narrativa de explicação do mundo através do comentário, ou da observação descritiva da natureza. O fruto de seu esforço será o *discurso*, será o *método*, e a via pela qual as coisas serão conhecidas e explicadas será a *ciência*. É verdadeiramente neste momento da “história do pensamento” que, segundo FOUCAULT (2007), surge a ciência moderna das coisas.

Para nós, então, a “mudança social” como a observamos hoje (e na presente dissertação) surge – como objeto de estudo – quando este indivíduo *científico* e *foucaultiano* aparece no cenário da história. Veremos, mais a frente, o exemplo de três intelectuais – referências recorrentes entre os pesquisadores da área – que discutiram as mudanças sociais e a contemporaneidade.

3.1 Bauman e as fronteiras líquidas do mundo pós-moderno: o indivíduo

Então, tudo mudou. Muitas mudanças, não apenas a passagem do totalitarismo para a democracia, mas muitas outras coisas. E receio que não possamos, realmente, dizer qual dessas mudanças é a mais duradoura e vai influenciar a vida das próximas gerações dos nossos netos ou bisnetos. Não consigo dizer se foi o início de uma nova forma de vida, que vai durar séculos, ou se é um período de transição de um tipo de ordem social para outro tipo de ordem social... (BAUMAN, 2011. Grifos nossos).

Segundo Zygmunt Bauman, o que ocorreu no século XX foi a passagem de toda uma era da história mundial: da sociedade de produção para a sociedade de consumo. Somado a este movimento, as sociedades também viveram diversos processos de fragmentação da vida humana. Diante das fortes transformações vislumbradas, o autor infere que podemos nos assegurar de que apenas dois aspectos são realmente irreversíveis. Um deles é a multiplicação da humanidade no planeta, notadamente a multiplicação das conexões, das relações, das interdependências e das comunicações espalhadas em todo o mundo. “Estamos agora numa posição em que todos nós dependemos uns dos outros: esta é a primeira vez na história em que o mundo é realmente um único país, em certo sentido...” (BAUMAN, 2011). É o que demonstram as novas formas de comunicação nas *redes sociais*.

Um viciado no *Facebook* me segredou – não segredou, de fato, mas gabou-se para mim – de que havia feito 500 amigos em um só dia. Minha resposta foi que eu tenho 86 anos, mas não tenho 500 amigos. Eu não consegui tamanho feito. Então, provavelmente, quando ele diz ‘amigo’ e eu digo ‘amigo’, não queremos dizer a mesma coisa. Muito provavelmente são coisas diferentes. Quando eu era jovem, eu nunca tive o conceito de ‘redes’. Eu tinha o conceito de laços humanos, de comunidades, esse tipo de coisa – mas não redes... (*idem*, 2011).

A segunda questão irreversível é a de que, aproximadamente após 300 anos de história moderna, nossos antepassados decidiram assumir a natureza sob a gestão humana, na esperança de que eles fariam com que ela – absolutamente – obedecesse às suas necessidades, tendo *pleno controle* do que acontecesse no mundo. No presente curso da história, esta noção cai por terra, pois sob o resultado de nossos próprios sucessos, BAUMAN (2011) crê que chegamos muito perto do que, agora, entendemos ser os limites de suportabilidade do planeta. O caráter desenvolvimentista da tecnologia moderna, a eficiência, ou a nossa capacidade de produzir cada vez mais, alcançando todos os tipos de recursos naturais do planeta, não parece ter demonstrado inclinações sinceras de minorar seu impacto ambiental.

Ainda segundo o autor, neste universo novo tendemos a redefinir o significado, o propósito e a felicidade na vida, para o que está acontecendo com *uma própria pessoa* – individualmente – estando as questões de identidade, hoje, detendo um papel tremendamente importante no mundo. Neste sentido, segundo o autor, o indivíduo tem de criar sua própria identidade, que não mais é socialmente herdada.

Quando eu era jovem, isto é, séculos atrás, ficamos impressionados com Jean Paul Sartre que nos disse que precisávamos criar o *project de la vie*, o projeto de vida. Teríamos que selecionar um projeto de vida, que prosseguir passo a passo, de forma consistente, ano após ano, chegando cada vez mais próximo desse ideal. Agora, conte isso aos jovens de hoje e eles rirão de você. Nós

temos grandes dificuldades em adivinhar o que vai acontecer conosco no ano que vem. O projeto de vida, de uma vida inteira, é algo difícil de acreditar. A vida é dividida em episódios. Não era assim no início do século XX... (BAUMAN, 2011).

Zygmunt Bauman infere que dispor os membros da sociedade como indivíduos é a marca da sociedade moderna, e o próprio conceito de “individualização” continua mudando e sempre assume novas formas (BAUMAN, 2008). Segundo ele, “individualização” agora significa algo muito diferente do que significou no século passado: a única vantagem que um indivíduo da sociedade atual parece ter na companhia de outros “sofredores” é “reassegurar a cada um que combater os problemas sozinho é o que todos os outros fazem diariamente, de maneira que revigorar as bandeiras significa lutar por conta própria...” (BAUMAN, 2008, p.66). Neste sentido, uma pessoa talvez possa aprender com a experiência alheia a como sobreviver à próxima rodada de “redimensionamento das empresas”, a como lidar com crianças que pensam que são adolescentes e adolescentes que se recusam a se tornar adultos, a como ter uma vida mais saudável, etc., mas a primeira coisa aprendida na companhia dos outros é que o único serviço que esta companhia pode prestar é aconselhar a como sobreviver em nossa própria solidão irreparável, e que a vida de cada um está repleta de riscos que precisam ser enfrentados e combatidos por nós mesmos (*idem*, 2008, p.66).

Um segundo empecilho da individualização atentada pelo autor é a indiferença. Qual seria, então, o interesse do “bem comum” em uma sociedade da satisfação de interesses próprios? Bauman infere que as exigências mais comuns dos cidadãos demandantes do poder público são aquelas vinculadas à segurança, ou seja, à capacidade dos indivíduos viverem em “paz” (sendo resguardada a segurança de seus corpos e bens), significando isto trancafiar criminosos em prisões e a manutenção das ruas livres de ladrões, pervertidos, mendigos e intrusos maldosos e de todos aqueles considerados detestáveis. O outro lado da individualização, portanto, é a corrosão e lenta desintegração das noções de coletividade e de cidadania. O “público” é colonizado pelo “privado”; o “interesse público” é reduzido à curiosidade à respeito das vidas privadas de pessoas públicas; a vida pública torna-se a exposição pura e simples de casos privados (BAUMAN, 2008).

Neste sentido, o autor comenta que, na opinião do sociólogo francês Ehrenberg, a revolução pós-moderna começou numa quarta-feira à noite, num outono da década de 1980, quando uma certa Vivianne, uma mulher que na presença de 6 milhões de telespectadores, declarou nunca ter tido um orgasmo durante seu casamento porque seu marido, Michel, sofria de ejaculação precoce. A revolução teria começado com este exemplo pictórico, na medida em

que as pessoas começaram a confessar a todos aspectos de sua vida que eram a personificação da privacidade. Os indivíduos em tempos passados não iriam à “praça pública” anunciar para todos tamanha questão íntima. Hoje, o *facebook* – por exemplo – não raras vezes funciona como praça, e o público são os “amigos”: constantemente anunciamos nossa privacidade para o universo daqueles, de alguma forma, estão conectados a nós.

Bauman, ao descrever como o indivíduo da sociedade pós-moderna reflete acerca de sua vida, infere que hoje não é exercitado o ato de “se questionar”. A satisfação pessoal de cada um – que poderia motivar tal empreitada – está sempre no futuro, e as realizações perdem seus atrativos e seu potencial de satisfação assim que são atingidas. Para o autor, ser moderno é estar à frente de si mesmo, em um estado de constante transgressão e também significa ter uma identidade que só pode existir como um projeto não realizado (BAUMAN, 2008). A sociedade da modernidade atual é – segundo Bauman – aquela que não reconhece alternativa para si mesma: mesmo sendo constituída por pessoas amplamente reflexivas, quando o assunto remonta seus próprios interesses – esta reflexão não parece ir além de vontades e necessidades imediatas. Em uma inclinação mais individualista do que coletivista, para Bauman, o indivíduo pós-moderno não é hospitaleiro à crítica.

Através de uma interessante analogia, o autor explica sua afirmação. Imaginemos a sociedade atual como um estacionamento de *trailers*, aberto a todos que tenham seu veículo e condições de pagar o aluguel. Os hóspedes vem e vão, sem interesse nenhum sobre como o local é gerido: desde que tenham espaço adequado, tomadas, ligações elétricas e nenhum incômodo, os clientes nada tem a dizer. Ou seja: cada motorista tem seu próprio plano de vida e horários, prometendo em troca – desde que não sejam interferidos em suas vidas – o devido atendimento às regras e o pagamento de seu aluguel.

Eles pagam e exigem. Tendem a ser bastante inflexíveis ao defender seus direitos de seguir seus caminhos e de exigir que os serviços prometidos estejam todos disponíveis. Em algumas ocasiões, reclamam por um serviço melhor; se falarem sem rodeios e forem suficientemente vociferantes e resolutos, podem até obtê-lo. Se sentirem que estão recebendo troco de menos ou descobrirem que as promessas dos gerentes não serão mantidas, podem se queixar e reclamar o que lhes é devido - mas *não lhes passará pela cabeça desafiar e renegociar a filosofia gerencial do acampamento*. Poderão, no máximo, jurar nunca mais voltar ali e não recomendar o acampamento a seus amigos. Quando forem embora, seguindo seus itinerários, o lugar permanece como era antes - sem ser afetado por acampados anteriores e à espera dos próximos que virão... (BAUMAN, 2008, p.130. *grifos nossos*).

Esta mudança social, para Bauman bastante funesta, explica-se por uma transformação do ânimo público no tempo atual, uma diminuição de apetite pela reforma social, um interesse gradualmente diminuído pelo bem comum (e pelas imagens de uma boa sociedade), por uma queda na popularidade do engajamento político, e – mais do que qualquer outra questão candente – uma maré crescente de sentimentos hedonistas, que colocam o “eu” em primeiro lugar. Para o autor, as causas desta mudança são profundas, e estão enraizadas na alteração do uso do espaço público, e na forma como a sociedade moderna trabalha e se auto-perpetua (BAUMAN, 2008).

Para o autor as sociedades são fábricas de significados, espaços onde os indivíduos buscam sentidos, aceitam e compartilham costumes. “Qualquer tipo de ordem social pode ser representada como uma rede de canais, por meio do qual a busca por significados da vida é conduzida...” (BAUMAN, 2008, p.11). Nesta rede de compartilhamento observamos realidades individuais e desiguais, por conta da distribuição de recursos e a capacidade de gerá-los. O resultado desta atmosfera é um indivíduo que vive sob condições que não escolhe, que constantemente diferencia “opções realistas” de “castelos de areia”. A história de vida destas pessoas é, portanto, um “ir e vir” dentre opções disponíveis. Adiante, ao apresentarmos a obra de CASTELLS (2005), discutiremos mais amiúde a questão da sociedade em rede. Muito porém, antecipamos a indagação: diante destas condições possíveis, o que separaria a *vida da comunidade* da *vida presente na rede*?

Segundo Zygmunt Bauman, a comunidade precede nossa existência, ou seja, nascemos numa comunidade. Ao contrário da comunidade, a rede é feita e mantida viva por duas atividades diferentes: uma é *conectar*, e a outra é *desconectar*. A atratividade do novo tipo de amizade, o tipo de amizade do *Facebook*, como o autor a chama, se estabelece nestas condições. É uma relação extremamente fácil de “desconectar”. Tão rápido quanto nos ligamos a outro ou a outra, para fazer amizades, temos na rede social – como maior atrativo – a facilidade de se desconectar. Talvez essa seja a principal peculiaridade que torna “líquidas” as relações entre as pessoas no tempo atual.

Um outro exemplo de ilustração da transição pós-moderna, segundo BAUMAN (2008), trata-se da ascensão e queda do trabalho. Com a revolução industrial, marco do compromisso entre o trabalho e o capital, figurou na história da humanidade o casamento entre trabalhador e empregador, entre o *proletário* e o *burguês*, tão bem descritos por Marx. Os trabalhadores dependeriam do emprego para manter seu sustento, e o capital dependeria dos empregados para se reproduzir e crescer. Para BAUMAN (2008), tal relação que no século XIX parecia vitalícia, hoje reside numa atmosfera de curto prazo.

Segundo o autor, no auge da revolução industrial, qualquer um que conseguisse seu primeiro emprego como jovem aprendiz na *Ford* poderia estar certo de terminar sua vida de trabalho no mesmo lugar. Hoje, os sócios, CEO's e acionistas de grandes empresas não parecem esperar tanto em companhia uns dos outros. Um jovem americano – segundo BAUMAN (2008) – estima mudar de emprego onze vezes durante sua vida. “Flexibilidade” é o *slogan* da pós-modernidade, e quando aplicado no mercado de trabalho, representa o fim do emprego como conhecemos. “Tendo deixado o lastro formado por máquinas pesadas e grandes equipes nas fábricas, o capital viaja leve, apenas com bagagem de mão – uma pasta, um laptop e um telefone celular...” (BAUMAN, 2008, p.31). Neste tempo de intensa troca de trabalho, assomam sentimentos de incerteza e laços fracos entre os indivíduos. Daí o conceito do autor, o da conhecida “*modernidade líquida*”, dispersa, espalhada e desregulada, símbolo maior da transição de uma modernidade “sólida” e “pesada”, para uma outra modernidade, “leve”, “fluida” e incerta. A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão de obra e de mercadorias inspira e promove, segundo o autor, a divisão (rebaixando a colaboração e o trabalho em equipe à condição de eventos episódicos). A sociedade é tratada cada vez mais em termos de “rede”, como comentamos, do que de estrutura. Ela passa a ser encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias, e de um volume quase infinito de permutações. Uma das inferências de autor, contida na obra *Tempos líquidos*, descreve esta mudança social do tempo presente como uma realidade que desperta indagações novas. Hoje, o indivíduo planeja ações, calcula ganhos e perdas esperadas, e avalia os resultados de sua vida em condições de incerteza endêmica.

Na defesa de sua tese, BAUMAN (2008) enumera quatro grandes dimensões desta comentada incerteza inauguradora da pós-modernidade. A primeira delas é condição de reversão da ordem mundial. Logo depois do colapso soviético, a instabilidade e a imprevisibilidade passaram a substituir a “ameaça comunista”. Segundo o autor, hoje, cerca de vinte países ricos (porém perturbados), preocupados e sem confiança, confrontam o resto do mundo, que não está mais disposto a seguir suas definições hegemônicas de progresso e de felicidade.

A segunda dimensão refere-se à desregulamentação universal, ou seja, a liberdade sem limites dada ao capital e às finanças em detrimento de todas as outras liberdades. Tal realidade parece insultar o pensamento, contando com a riqueza atual dos 358 bilionários globais, que juntos superam a riqueza somada dos 2.300.000.000 (2,3 bilhões) de indivíduos mais pobres do planeta. A desigualdade que marca a vida das pessoas é terreno fértil para a incerteza. No clima de livre tráfego do capital pelos países, não há emprego garantido. Nenhuma posição é segura

e nenhuma habilidade tem utilidade duradoura (BAUMAN, 2008). Ao comentar o Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 1998, Bauman apresenta mais dados alarmantes acerca da desregulamentação e concentração de renda no globo:

(...) nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo e a terra natal das pessoas mais ricas do mundo, 16,5% da população vivem na pobreza; um quinto dos homens e mulheres adultos não sabe ler nem escrever e 13% têm uma expectativa de vida menor do que 60 anos. Por outro lado, os três homens mais ricos do globo possuem bens privados cujos valores superam o Produto Interno Bruto combinado dos 48 países mais pobres; a fortuna das 15 pessoas mais ricas excede o Produto Interno Bruto total de toda a África subsaariana. De acordo com o relatório, menos de 4% da riqueza pessoal das 225 pessoas mais ricas bastaria para oferecer acesso às facilidades médicas e educacionais elementares, além de nutrição adequada, para todos os pobres do mundo... (BAUMAN, 2008, p.149).

A terceira dimensão da incerteza na pós-modernidade, segundo o autor, refere-se ao desmembramento das redes de segurança social, enfraquecidas pelo espírito do consumismo. Segundo Bauman, o ‘consumismo’ é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade atual. Em aguda oposição às formas de vida precedentes, o consumismo atual associa a felicidade não tanto à satisfação de necessidades, mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, que implicam o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados à satisfação.

Por fim, a quarta e última dentre as dimensões principais da incerteza, enumeradas por BAUMAN (2008), é a mensagem midiática e cultural da atualidade, que insiste em *indeterminar* as coisas do mundo. Segundo o autor, consoante a esta mensagem, vigora o sentimento de que “tudo pode acontecer e tudo pode ser feito, mas nada pode ser realizado uma única vez e durar para sempre...” (BAUMAN, 2008). Seja qualquer a ordem dos acontecimentos, os eventos da vida assustam sem anúncio e se despedem sem qualquer aviso. Este fator, naturalmente, tem forte impacto sobre a vida dos indivíduos, sua opinião e sobre a política.

Para o autor, os Estados relativamente sem poder conseguem oferecer cada vez menos aos cidadãos. O que os Estados estão fazendo segundo Bauman, com muito poucas exceções, é subcontratar muitas funções que deveria desempenhar. Ainda assim, o autor estima a possibilidade da invenção de uma política global, de uma *democracia global*, em algum momento do desdobramento da pós-modernidade. Esta seria uma solução radical em sua visão, principalmente porque a estrutura do Estado-nação ainda não permite que ele possa seguir defendendo sozinho o futuro da democracia. Para BAUMAN (2011), então, “teremos que

inventar um equivalente global das invenções de nossos antepassados...”. A invenção da democracia de âmbito nacional teria de ser superada.

Se Aristóteles fosse convidado a ir a um prédio de qualquer parlamento contemporâneo – Aristóteles foi o primeiro a usar o conceito de democracia, a descrevê-la, certo? – ele provavelmente gostaria do que iria ver, porque as pessoas debatem, apresentam diferentes pontos de vista, discutem, depois votam, chegam a algum acordo. Ele gostaria. Mas, então, se alguém contasse a ele que isso é democracia, ele iria rir, porque a democracia que ele descreveu na Atenas antiga era apenas as pessoas indo ao mercado, brigando entre si e chegando a uma resolução. O que significa que a democracia é uma noção que adquire, com o tempo, na história, diferentes formas, diferentes instrumentos, diferentes estratégias. Então, uma coisa de que eu posso ter certeza é de que, se vocês realmente inventarem equivalentes globais para a democracia do Estado-nação, então será uma democracia, certo? – mas não serão as instituições democráticas que conhecemos; apenas maiores... (BAUMAN, 2011).

Em termos de debate político e público, Zygmunt Bauman infere que a autonomia conquistada pelos indivíduos, depois da superação do totalitarismo no século XX, também tem seu lado individual e privado. A maior aproximação contemporânea da Ágora grega hoje – segundo BAUMAN (2011) – são os *talk shows* da televisão, onde as massas assistem, participam, telefonam, enviam perguntas, mensagens, etc. Ao olharmos para as discussões veiculadas para grandes quantidades de pessoas, vemos que eles não estão discutindo os interesses compartilhados dos cidadãos, não estão discutindo o bem-estar da sociedade, tão pouco estão discutindo sobre o que precisa ser feito para abolir e reparar os problemas que todos nós sofremos na sociedade atual. Eles apenas confessam, em última análise, questões privadas, individuais e bastante íntimas das pessoas.

Zygmunt Bauman infere que hoje – mesmo conectados a mil interesses, amigos, possibilidades – o controle sobre o presente é algo que claramente não existe na condição dos homens e mulheres contemporâneos. E na condição em que mudam os mercados, as pessoas são atingidas por forças misteriosas, apelidadas de “competitividade”, “recessão”, “racionalização”, etc. O terreno sobre o qual se presume que nossas perspectivas de vida se assentem é reconhecidamente instável – tal como os empregos e as empresas que os oferecem, tal como os parceiros e parceiras amorosos e as redes de amizades constituídas pelos indivíduos. A noção de progresso hoje é substituída pelo sentimento ansioso de falta de paz e de sossego. Hoje o indivíduo pós-moderno, dentre seus fluxos de atividades, horários e responsabilidades, vive momentos que pressagiam – não raras vezes – a crise e a tensão que o impedem de momentos de descanso.

Podemos inferir que o estudo da mudança social através da leitura de Bauman, ou seja, a justificativa pela qual sua obra é recorrente dentre os grupos de pesquisa e programas do mérito, se deve ao fato do autor ilustrar a *dimensão individual* das mudanças sociais atuais, notadamente as observadas na transição do último século. Em suas análises, como observamos, o autor retrata os principais detalhes sociais da contemporaneidade, acerca de como as pessoas reagem individualmente aos novos tempos sociais e suas novas realidades de vida.

3.2 Manuel Castells e as mudanças sociais da era da informação: o indivíduo em rede

Acredito nas oportunidades da ação social significativa e de política transformadora, sem necessariamente derivar para as corredeiras fatais de utopias absolutas. Acredito no poder libertador da identidade sem aceitar a necessidade de sua individualização ou de sua captura pelo fundamentalismo. E proponho a hipótese de que todas as maiores tendências de mudanças sociais em nosso mundo novo e confuso são afins e que podemos entender seu inter-relacionamento... (CASTELLS, 1999, p.42. Grifos nossos)

Um segundo autor que figura de forma recorrente no estudo da mudança social, é Manuel Castells. Em uma de suas principais obras “*A Sociedade em Rede*”, ele constrói uma análise em três volumes acerca da revolução tecnológica informacional vivida na transição do século XX para o atual. Segundo o autor, podemos chamar o final do século XX de Revolução, na medida em que no período se estruturaram transformações tecnológicas que fundamentalmente alteraram a cultura mundial através de um novo paradigma: o paradigma da informação. Do ponto de vista que assume, o autor entende que tal processo – como mudança social de grandes proporções – remodelou as bases materiais de nossa sociedade, arquitetando novos sistemas de comunicação, formas e canais interativos por onde um constante fluxo de informações em redes passou a moldar a vida dos indivíduos, bem como a ser moldado por eles. Estando este grande movimento de mudança ambientado e difundido em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, a nova sociedade – emergente deste processo de mudança social, segundo CASTELLS (1999) – seria *capitalista e informacional*, estruturada através da lógica das redes.

Segundo o autor, “rede” é um conjunto de nós interconectados; e “nó” é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de rede referida, concretamente. “São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares na

rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia...” (CASTELLS, 1999, p.566). Para o autor, “nós” são também campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para a lavagem de dinheiro na rede do crime organizado; e também podem ser considerados “nós” sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia, no âmago da expressão cultural e da opinião pública na era da informação.

A comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica... (CASTELLS, 2005).

A segunda dentre as questões conclusivas importantes, é a de que o *poder dos fluxos de informação é mais importante do que os fluxos de poder* (CASTELLS, 1999). A presença ou a ausência do indivíduo na rede (bem como a dinâmica de cada rede em relação às outras) são fontes cruciais de dominação e mudança social em nossa sociedade atual. Por fim, a terceira grande questão enumerada por Castells é a de que até mesmo a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital. Essa evolução das formas de gerenciamento e produção, portanto, não implicam o fim do capitalismo.

Em linhas gerais, para CASTELLS (1999), a sociedade em rede representa uma mudança qualitativa da experiência humana, onde a informação representa o principal ingrediente da organização social. Os fluxos de informação e comunicação, bem como as imagens compartilhadas entre as redes, constituem o encadeamento básico desta nova estrutura social. Para o autor, compreender a transformação estrutural contida nesta mudança, significa que o aparecimento da sociedade em rede como um tipo específico de estrutura social deixa em aberto o julgamento valorativo do significado da sociedade para o bem estar da humanidade. Este fator, além dos que já foram anunciados por nós, também obrigaria os pesquisadores a reverem o sentido evolucionista de progresso, visão herdada do Iluminismo e reforçada pelo Marxismo, “onde a humanidade, comandada pela Razão e equipada com a Tecnologia, se moveria da sobrevivência das sociedades rurais, passando pela sociedade industrial, e finalmente para uma sociedade pós-industrial...” (CASTELLS, 2005, p.18). Segundo o autor,

um olhar superficial sobre a história desafiaria este “conto de fadas” do progresso humano: os Holocaustos Nazista e Estalinista provaram-se testemunhas do potencial destrutivo da Era Industrial, e as maravilhas da revolução tecnológica de hoje coexistem com o processo auto-destrutivo do aquecimento global e com o ressurgir de epidemias no planeta (CASTELLS, 2005).

Diversos autores, pesquisadores do campo da mudança social se valem da obra de Castells também por suas principais discussões acerca da Revolução da Tecnologia da Informação, que para ele, é no mínimo um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, estando o processamento de informação e a comunicação – para esta nova ordem produtiva – na mesma condição em que estiveram as novas fontes de energia para as revoluções industriais sucessivas. Do motor a vapor à eletricidade, passando pelos combustíveis fósseis e até mesmo pela energia nuclear, da mesma forma que a geração e a distribuição de energia foram elementos principais na base da sociedade industrial, a geração e a distribuição da comunicação e da informação o são para nossa nova sociedade.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação destes conhecimentos e dessa informação para geração de novos conhecimentos e dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso... (CASTELLS, 1999, p.69)

Novas tecnologias da informação, novos recursos de telecomunicação, radiodifusão, engenharia genética, dentre outras (algumas delas já presentes na segunda metade do século XX) evoluíram em forma de uma constelação de grandes avanços, notadamente os relacionados com técnicas de produção industrial, logística, transportes e microtecnologia. No ambiente tecnológico em que esta comentada era da informação se consolida, os indivíduos passaram a integrar suas vidas através dos computadores, em redes globais e comunidades virtuais.

Outro componente de estudo da mudança social pelos pesquisadores atuais, na qual Castells figura como referência recorrente, é a questão da memória. Segundo o autor, por conta das novas formas de interação social, fragmentaram-se então as formas tradicionais de relacionamento, e num mundo que representa a síntese de processos acelerados de globalização, as sociedades encontraram profundas dificuldades em conviver com a combinação – nem sempre harmoniosa – “(...) entre tecnologia e memória coletiva, entre a ciência universal e as culturas comunitárias, entre a razão e a paixão...” (CASTELLS, 1999).

A questão maior deste tempo, segundo Castells, não é como chegar à sociedade em rede, um auto-proclamado estágio superior do desenvolvimento humano. A questão é reconhecer os

contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. “Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores...” (CASTELLS, 2005). Fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que são capazes de transformar as nossas capacidades de comunicação, podemos alterar nossos códigos de vida para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o potencial destrutivo e todas as implicações desta capacidade criativa.

Somada à análise de BAUMAN (2011) temos na leitura de Manuel Castells, como resultado deste processo de mudança social, uma sociedade nova onde há pouco espaço para os “não iniciados” na informática, para os grupos que consomem menos, e para os territórios não atualizados com as novas formas de comunicação. Na verdade, há grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão “desconectados” desta realidade informacional. Para o autor, computadores, sistemas de comunicação, programação genética e outros novos adventos – além de serem ferramentas socialmente seletivas – são extensões e amplificadores da mente humana. O que pensamos e como pensamos se reflete em bens, serviços, produção material e intelectual. Ocorre, portanto, uma integração crescente entre mentes e máquinas.

Frequentemente, a sociedade emergente tem sido caracterizada como sociedade de informação ou sociedade do conhecimento. Eu não concordo com esta terminologia. Não porque conhecimento e informação não sejam centrais na nossa sociedade. Mas porque eles sempre o foram, em todas as sociedades historicamente conhecidas. O que é novo é o facto de serem de base microelectrónica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes. As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social... (CASTELLS, 2005)

Através desta nova era de interações e de mudanças sociais – processada em velocidade e capacidade cada vez maiores – vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, lutamos e morremos ao sabor de informações e interações virtualizadas (CASTELLS, 1999, p.68). Podemos inferir que no interior desta atmosfera explicada pelo autor, as mudanças sociais seguem tão drásticas quanto os processos de inovação tecnológica e econômica. Neste mesmo contexto histórico, observamos a redefinição das relações de gênero (com o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho), o advento do aprofundamento da consciência ambiental, diversos sistemas políticos mergulhados em crises de legitimidade e cada vez mais distantes dos cidadãos, bem como a constante fragmentação dos movimentos sociais

tradicionais (CASTELLS, 1999). Neste mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a organizar-se em identidades individuais, e no clima dos fluxos globais de riqueza em que estão submetidas, a busca desta identidade torna-se a fonte básica de significado social e produtivo.

Assim como BAUMAN (2011), CASTELLS (1999) sugere que os primeiros passos históricos de nossa atual sociedade informacional parecem ser caracterizados pela preeminência da identidade como seu principal norteador organizacional. Nesse sentido, as sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a “rede” e o “ser”. A teoria e a cultura pós-modernas apregoam o “fim-da-história”, e a suposição implícita é a de que as sociedades nada podem fazer diante de seu destino de individualização constante. Castells infere que as redes de tecnologia digitais permitem a existência de interações que ultrapassam os seus limites históricos. Tais interações inovadoras podem ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua *performance* ao longo de uma rede de componentes autônomos, ao mesmo tempo em que se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões (CASTELLS, 2005).

Em junho de 2013, quando Castells esteve no Brasil, diversos protestos intensificavam-se por todo o território nacional, ressoando – inclusive – no tempo presente da redação desta dissertação. Para o autor, tal fenômeno não se constituiu como uma especificidade brasileira: segundo ele, os protestos são um fenômeno mundial que nasceu da indignação das pessoas e está pondo em risco as bases da democracia. Castells infere que será necessário reinventar a política, já que ela não está suprimindo as necessidades básicas da população, mas sim servindo a ela mesma.

Segundo o autor, é preciso distinguir as redes informáticas – como *Twitter* e *Facebook* – e os computadores interligados que formam a sociedade em rede dos movimentos sociais em rede. Eles surgiram na última década com intensidade crescente. Grande parte dos movimentos, dentre 2009 e 2012, apoiam-se em redes sociais fora da internet para organizar a ocupação do espaço público e construir um eixo de autonomia, a um só tempo, na internet e nas ruas. É dessa forma, segundo CASTELLS (2013a) que acontecem os movimentos sociais em toda parte: em Istambul, Nova York, São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outros centros políticos. De certo modo o impacto desta mobilização ocorreu com maior intensidade no Egito, onde forças excluídas do sistema político conseguiram tomar o Estado.

[Os movimentos sociais na internet] dão certo por uma razão: porque são movimentos autônomos, constroem um espaço de autonomia fora dos

condicionamentos dos partidos políticos, do Estado, das empresas – e constroem suas redes próprias sem líderes (...). Hoje qualquer mensagem que se quer livre e autônoma não passa por um partido ou por um jornal. Se há uma mensagem que se conecta com outras mentes conectadas na rede, então essa aceitação dá início a um movimento. Os atores são coletivos, sem burocracia, sem hierarquia, sem líderes... (CASTELLS, 2013a).

Na abertura da obra *“Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet”*, Manuel Castells infere que os movimentos sociais informatizados surgiram num mundo turvado por aflições econômicas, cinismo político, vazio e desesperança pessoal. Com o advento de ferramentas bastante recentes como o *wikileaks*, governos, políticos e figuras do poder viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Nesta crise de confiança, e no espaço das redes sociais – o espaço atual da autonomia – as pessoas se viram além do controle dos governos e das empresas, instituições históricas monopolizadoras dos canais de comunicação e do próprio alicerce do poder.

Compartilhando sua mensagem de mudança no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos, indivíduos formaram redes de interesse, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais, unindo-se. E sua união – segundo CASTELLS (2013b) – os ajudou a superar o medo, “essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo...”. Este é um outro componente da obra de Castells que justifica seu estudo pelos pesquisadores atuais da mudança social: da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história numa manifestação da autoconsciência que, segundo o autor, sempre caracterizou os grandes movimentos sociais.

Mas foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniram aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor. Uma humanidade que tinha de ser reconstruída a partir do zero, escapando das múltiplas armadilhas ideológicas e institucionais que tinham levado inúmeras vezes a bicos sem saída, forjando um novo caminho, à medida que o percorria... (CASTELLS, 2013b, p.11).

Segundo o autor, as mudanças almejadas pelos movimentos sociais de hoje parecem não acontecer por meio das instituições políticas. A mudança, segundo o autor, estará “na cabeça das pessoas...”: neste sentido, os movimentos sociais não tomariam o poder, eles o dissolveriam por meio da transformação mental. É, segundo Castells, o que acontece até hoje com o movimento feminista. As mulheres vivem hoje uma situação muito diferente do que há 50 anos,

sem qualquer tomada de poder, mas sob o peso de uma auto-transformação. Em linhas gerais – e com este exemplo – o autor sugere que as mulheres fizeram um *movimento social com impacto de transformação cultural*.

O movimento ecológico, segundo o ele, se deu da mesma forma. Mesmo há 30 anos com os mesmos problemas climáticos, não havia preocupação alguma com relação a eles. “Hoje 85% das pessoas do mundo sabem o que é a mudança climática – e acham que os governos devem se ocupar desse problema. E isso se produziu como? Com a aliança entre os jornalistas profissionais, cientistas e movimentos sociais...” (CASTELLS, 2013). Estes e diversos outros movimentos estão impactando a consciência da maioria dos cidadãos. Sobretudo em um tema central: em todos os lugares do mundo, ninguém mais confia na figura dos políticos e dos burocratas.

Acontece hoje, portanto, a rejeição mundial – no Brasil inclusive – do cidadão à classe política, aos partidos, aos governos. A percepção é que eles não respondem aos interesses dos cidadãos, mas sim aos interesses financeiros. É o que também acontece no mundo, ou seja, o corte total entre os cidadãos e seus representantes. Uma das grandes mudanças sociais deste período é o fato dos movimentos sociais mostrarem aos cidadãos que eles podem pensar em atuar fora das instituições.

Podemos inferir que o estudo da mudança social através da leitura de Castells, ou seja, a justificativa pela qual sua obra é recorrente dentre os grupos de pesquisa e programas do mérito, se deve ao fato do autor ilustrar a *dimensão relacional* das mudanças sociais atuais, ou seja, da dimensão da sociedade *em rede*. As redes para os pesquisadores da mudança social, tem importância primordial, sendo formas constituidoras da nova morfologia social de nosso tempo: dos processos de produção, de experiência, de poder e de cultura. A obra de Castells ilustra, portanto, a atmosfera de relacionamento na qual não só os diversos movimentos sociais pleiteiam suas agendas, como também a atmosfera onde se estabelece o ambiente tecnológico utilizado por outras partes da sociedade, como governos, empresas, etc.

3.3 Charles Tilly e os movimentos sociais como política: o indivíduo em rede e mobilizado

Deixem-me tornar minhas próprias pretensões absolutamente claras. Ninguém é dono do termo “movimento social”; analistas, ativistas e críticos mantêm-se livres para usá-lo como quiserem. Mas uma maneira característica de fazer política começou a tomar forma nos países do Ocidente no final do século XVIII, adquiriu amplo reconhecimento na Europa Ocidental e na América do Norte no início do século XIX (...) A esse

complexo historicamente específico denomino movimento social... (TILLY, 2010, p.141. Grifos nossos).

Seguindo o raciocínio de CASTELLS (2013b), TILLY (2010) infere que na virada do século XXI – no mundo todo – a expressão “movimento social” é reconhecidamente um contrapeso ao poder opressivo, como uma convocação à ação popular contra um amplo espectro de flagelos.

O autor, no início de seu artigo “*Movimentos sociais como política*”, cita um trecho do editorial do *Harare Daily News*, um jornal do Zimbábue que, inspirado pelas mobilizações massivas e bem sucedidas contra o *apartheid* na África do Sul, promovia uma importante oposição ao governo violento e vingativo de Robert Mugabe, em 2002.

Como o nome sugere, movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesses da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico. Foi este particularmente o caso da luta antiapartheid das duas últimas décadas na África do Sul e, o que é mais relevante, dos últimos quatro anos no Zimbábue... (Harare Daily News, 2002, p.1 *apud* TILLY, 2010).

Segundo o autor, não foi sempre assim. Mesmo que levantes populares, insurreições e revoltas de um tipo ou de outro tenham ocorrido pelo mundo ao longo de milhares de anos, há três séculos aquilo que hoje podemos descrever como “*organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesse*” não existia em lugar algum do planeta.

Foi no último quartel do século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, que as pessoas começaram a criar um novo e promissor fenômeno político (TILLY, 2010, p.135). Elas começaram a criar movimentos sociais, uma forma específica de política, envolvendo elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses instituídos. Não raras vezes os governos de um ou outro tipo, figurariam de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados ou monitores da contenda.

Segundo o autor, os movimentos sociais em seu desenvolvimento surgiram como a síntese de três elementos: (i) um esforço elaborado de reivindicações coletivas e direcionadas; (ii) o emprego da ação política através de associações, coalizões, reuniões, desfiles, vigílias, etc.; e (iii) representações públicas concertadas junto ao que o autor chama de VUNC (*valor, unidade, números e comprometimento*).

O termo VUNC soa estranho, mas representa algo bastante familiar. Demonstrações de VUNC podem assumir a forma de declarações, slogans ou rótulos que implicam valor, unidade, números e comprometimento: Cidadãos Unidos pela Justiça, Signatários do Compromisso, Defensores da Constituição, e assim por diante. Além disso, as representações coletivas expressam-se muitas vezes por meio de formas peculiares reconhecíveis pelos públicos locais, como por exemplo: *valor*, comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignatários e mães com crianças; *unidade*, emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas; marchas em formações organizadas; canções e cantos; *números*, contagem de participantes; número de assinaturas em petições; quantidade de mensagens dos partidários; capacidade de encher as ruas; *comprometimento*, enfrentamento do mau tempo; participação visível de idosos e portadores de deficiências; resistência à repressão; sacrifícios, subscrições e/ou atos de benemerência ostensivos... (TILLY, 2010, p.137).

Tilly infere que diferentemente de uma petição, uma declaração ou uma reunião de massa ocasionais, uma *campanha* de um movimento social estende-se para além de um evento único. Muito embora movimentos sociais frequentemente incluam petições, declarações e reuniões de massa, uma *campanha* articula sempre “um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alguns alvos) de demanda, e algum tipo de público...” (TILLY, 2010, p.137). As questões demandadas podem ter como alvo autoridades governamentais, donos de propriedades, funcionários públicos, religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar dos demandantes. Em linhas gerais, segundo o autor, o que constitui um movimento social não são apenas as ações daqueles que pleiteiam uma demanda, os objetos demandados ou o público, mas a *interação* entre esses três elementos.

Para Charles Tilly, os movimentos sociais incorporaram algumas características cruciais – como a marcha pelas ruas – que os distinguiram de outras formas de política, e desde seu início sofreram significativas mudanças em seu funcionamento, como por exemplo, o surgimento de funcionários profissionais bem remunerados e organizações especializadas na busca da realização de seus programas. O autor infere ainda que as próprias mudanças políticas que tornam possíveis os movimentos sociais, também os fazem diferenciar entre si. Para o autor, a ascensão e a queda da atividade dos movimentos sociais marcam a própria expansão e a contração das oportunidades democráticas (TILLY, 2010).

A obra de Charles Tilly é importante para os pesquisadores atuais da mudança social, na medida em que cada movimento social tem uma história, e sua trajetória o distingue da história de outras formas políticas (como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações militares, etc.). Portanto, quando Charles Tilly se refere a movimentos sociais, ele não está se referindo a qualquer ação popular, “a quaisquer ações alguma vez empreendidas

em favor de uma causa, a todas as pessoas e organizações que apoiam as mesmas causas ou a atores heroicos” (TILLY, 2010, p.142). Tilly refere-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas. O desenvolvimento da noção conceitual de “movimento social”, desenvolvida pelo autor, é a mais recorrente dentre todo o espectro de referências analisadas (não só no PROMUSPP): talvez é possível dizer que TILLY (2010) figura como um dos mais importantes autores para a compreensão atual da mudança social produzida pelos coletivos sociais, e o emprego de sua teoria pelos diferentes grupos e programas de pesquisa endossa este diagnóstico.

Em um sentido mais amplo e diferente de outras formas de fazer político, um movimento social – segundo Tilly – apresentará uma *campanha*, um *repertório*, e demonstrações de VUNC (*valor, unidade, números e comprometimento*). Mesmo assim, nos casos de episódios que se enquadram nestas categorias, três tipos de confusão são comuns. O primeiro tipo é a extensão imprecisa do termo “movimento social” para qualquer ação coletiva popular (não raras vezes, iniciativas a favor de um mesmo tema podem ser exercitadas por grupos diferentes, que não constituem um movimento único). O segundo tipo de problema envolvendo a análise de um ato, é a confusão da ação coletiva de um movimento com as organizações e redes que apoiam a ação (ou até mesmo considerar as organizações e redes como aquilo que *é* o movimento). O movimento ambientalista, por exemplo, não é tão somente os indivíduos que o constitui (e não raras vezes, diferentes tipos de agenda são demandadas por diferentes movimentos do mesmo tema, qual seja, o ambientalismo).

Por fim, o terceiro erro mais comum, segundo TILLY (2010, p. 141), é tratar o movimento social como um ator singular, como se ele não possuísse contradições internas. Para o autor, todo movimento apresentará incessantes manobras e realinhamentos internos, bem como a interação entre os ativistas, seus alvos, seus aliados, rivais e inimigos, também é um fator que constitui a textura cambiante dos movimentos sociais.

O debate acerca da história de um movimento social e de seus condicionantes, segundo o autor, dispõe-nos uma aguda versão de um problema característico da análise política das ciências sociais tradicionais. Os movimentos sociais têm, inquestionavelmente, uma história específica e inter-relacionada, mas temos que distanciar qualquer análise de um movimento social da sedutora tentação de trata-lo como um fenômeno *sui generis* e de procurar encontrar *leis gerais* de seu funcionamento. TILLY (2010) também sustenta o mesmo paradigma pós-moderno da complexidade e incerteza. Para ele com relação aos assuntos humanos, fracassou completamente a busca por grandes leis comparáveis às da mecânica newtoniana. Estas leis não operam nos níveis de estruturas ou processos particulares, tais como igrejas, corporações,

revoluções ou movimentos sociais. Segundo TILLY (2010, p.146), “no presente estado do conhecimento, quem quiser explicar estruturas e processos políticos se sairá muito melhor esclarecendo os mecanismos causais mais limitados que produzem mudança e variação...”, bem como as características relevantes dessas estruturas e processos.

Três fontes distinguíveis, mas interagentes, de mudança e variação nos movimentos sociais produzem variação no tempo e no espaço. Em primeiro lugar, ambientes políticos globais (incluindo democratização e des-democratização) alteram-se de forma parcialmente independente dos movimentos sociais e afetam seu caráter (...) [Os movimentos sociais] também procedem a empréstimos, inovam e adaptam na medida em que competem entre si por vantagens ou apoiadores. Algumas vezes, o empréstimo e a adaptação ocorrem a grandes distâncias e entre movimentos sociais bastante díspares... (TILLY, 2010, p.152).

Consoante a linha de investigação do autor, para além das características supracitadas, alguns outros argumentos podem ser levantados através da análise histórica dos movimentos sociais. Um deles é o fato de que desde suas origens no século XVIII em diante, os movimentos sociais prosseguiram não apenas como performances isoladas, mas como *campanhas interativas*. As campanhas dos movimentos sociais consistem em interações entre grupos reivindicantes temporariamente conectados (e cambiantes). Tal realidade se dá nos perfis aqui já apresentados, ilustrados pela teoria da sociedade em rede, de CASTELLS (1999).

Como sugerimos, os objetos das demandas dos movimentos sociais estão constantemente em interação com terceiros, tais como representantes, aliados, reivindicadores rivais, inimigos, autoridades, e vários públicos que muitas vezes exercem papéis significativos no desenrolar de sua mobilização (TILLY, 2010). Em síntese, ainda segundo o autor, nunca poderemos explicar a variação e mudança social nos movimentos se não dedicarmos cuidadosa atenção aos outros atores políticos para além dos reivindicantes centrais. Ademais, a proeminência relativa das reivindicações do movimento (seu programa de ideias, sua identidade e sua posição política) variam significativamente entre as pautas em interação e entre os reivindicantes em interação no interior do movimento.

Uma grande parte da negociação no interior dos movimentos sociais centra-se, de fato, na ênfase relativa atribuída às diferentes demandas: apresentamos, por exemplo, como uma aliança durável de pessoas privadas de direitos que estamos nos alinhando contra esse programa governamental (mas que pode, amanhã, alinhar-se em apoio a outro), ou como um grupo heterogêneo que faz parte da população em geral, cuja conexão consiste no dano que todos nós sofreremos com esse programa específico... (TILLY, 2010, p.150)

Ainda segundo o autor, comparados com as formas de política popular de base local, os movimentos sociais dependem fortemente de empreendedores políticos para sua escala, durabilidade e efetividade. Talentosos empreendedores figuraram em campanhas, performances e demonstrações de valor dos movimentos sociais, sendo importantíssimos para suas campanhas e atuações coordenadas. É importante salientar, portanto, e segundo TILLY (2010), que o resultado da ação dos movimentos sociais resulta em grande parte da construção de coalizões e mitigação das diferenças locais por intermédio de lideranças e de planejamento.

Dois outros argumentos do autor que denotam a dimensão política dos movimentos sociais, são que a *democratização promove a formação dos movimentos e sua formação constante afirma a soberania popular*. Embora alguns atos singulares de movimentos sociais específicos discordem ardentemente entre si a respeito de quem pode ser considerado como “povo”, sua militância dá corpo a alegação de que os assuntos públicos dependem do consentimento dos governados. A alegação de alguns dos movimentos não é necessariamente democrática, “visto que algumas vezes os movimentos étnicos, religiosos e nacionalistas investem seus poderes em líderes carismáticos ao invés de fazê-lo na deliberação democrática...”, como comentamos. Porém, tais líderes corporificam a vontade deste “povo” como um todo (TILLY, 2010). Alguns movimentos, além disso, frequentemente rejeitam categorias inteiras da população local como não merecedoras de pertencer ao “povo”, mas a ênfase no consentimento popular se opõe, de maneira fundamental ao poder de governar, ao controle de elites e à predominância aristocrática de classes de mando. Por fim, no regime de intensas mudanças sociais que vive o século XXI, e tratando-se de uma “instituição inventada”, segundo Tilly, a ideia de movimento social pode desaparecer ou mesmo sofrer mutações para formas completamente diferentes de se fazer política.

Da mesma maneira que desapareceram completamente muitas formas de “justiça e rebelião popular que prevaleceram no passado, não temos nenhuma garantia de que o movimento social, tal como prevaleceu por dois séculos, continuará para sempre...” (TILLY, 2010, p. 152). Assim como o movimento social se difundiu com o desenvolvimento de estados centralizados relativamente democráticos, a descentralização governamental, a extensiva privatização das atividades governamentais, o eclipse do Estado pelas potências transnacionais ou a extensiva “des-democratização” poderiam, todas elas, eliminar da cena política os movimentos sociais tais como os conhecemos hoje. Para Charles Tilly, com a ocorrência do conjunto de mudanças – descritas por BAUMAN (1999, 2007, 2008) e CASTELLS (2005, 2013) – muitas delas chamadas vagamente de “globalização”, os cidadãos que contam com os

movimentos sociais para se fazerem ouvidos precisam se preocupar seriamente com o futuro (TILLY, 2010).

Podemos inferir que o estudo da mudança social através da leitura de Tilly, ou seja, a justificativa pela qual sua obra é recorrente dentre os grupos de pesquisa e programas do mérito, se deve ao fato do autor ilustrar a dimensão coletiva das mudanças sociais, ou seja, da dimensão da atuação de diversos atores comprometidos com uma agenda comum de demandas e de militância por uma mudança social específica. A obra de Tilly ilustra, portanto, a mecânica da prática política na qual os movimentos sociais pleiteiam suas agendas, sendo importantíssimo para a discussão acadêmica sobre movimentos sociais e mudança social.

4 Outros discursos e referências do campo

Com objetivo introdutório, através das leituras dos sociólogos Zygmunt Bauman, Manuel Castells e Charles Tilly podemos observar uma contextualização bastante atual acerca do indivíduo em sociedade, atentando para as suas ações políticas possíveis, numa atmosfera de constantes mudanças sociais. Através da apresentação dos principais argumentos dos autores, demos mais um passo em direção ao aprofundamento teórico daqueles que tomamos como referências-chave dos programas atuais que tomam a mudança social como objeto de estudo.

No entanto, gostaríamos de também indicar, e inclusive revisar brevemente, outros autores que no Brasil e no PROMUSPP – bem como em outros programas de pesquisa – também são instrumento de pesquisadores que tomam a mudança social como objeto de análise. São estas outras referências, demais discursos e breves noções que julgamos também importantes.

Para além das referências supracitadas, portanto, e daquelas que lançamos mão em nossa introdução e considerações preliminares, também são recorrentes no debate instituído as obras de NICOLESCU (1999), MORIN (2005), HABERMAS (2003), HARVEY (2008), LEFEBVRE (1999, 2008) e SANTOS (1988a, 1988b, 2007). Seguiremos então com a apresentação e discussão das demais obras referenciadas.

Nas palavras de NICOLESCU (1999), adentramos nosso século reconhecendo que a ampliação do conhecimento científico se tornou algo sem precedentes na história humana. Desde o estudo das menores partículas da matéria e sua dinâmica, até as descrições cósmicas mais distantes da métrica de nosso costume cotidiano, podemos dizer que a soma dos conhecimentos científicos sobre o Universo e os sistemas naturais, acumulados durante o século XX, ultrapassaram em muito tudo aquilo que pôde ser conhecido nestas áreas durante todos os outros séculos reunidos.

Sentados em nossa cadeira, podemos viajar à velocidade máxima permitida pela Natureza: a velocidade da luz. O tamanho da Terra reduz-se progressivamente a um ponto: o centro de nossa consciência. Devido ao casamento insólito entre nosso próprio corpo e a máquina informática, podemos modificar livremente nossas sensações até criarmos uma realidade virtual, aparentemente mais verdadeira que a realidade de nossos órgãos dos sentidos... (NICOLESCU, 1999).

Ainda segundo o autor, atualmente, a ideia da análise de objetos que apresentam relações contraditórias ganha seu lugar na ciência. Hoje – notadamente na Física - os

pesquisadores concebem, com clareza, conceitos como onda e corpúsculo, continuidade e descontinuidade, separabilidade e não separabilidade, causalidade local e causalidade global, simetria e quebra de simetria, reversibilidade e irreversibilidade do tempo etc. (NICLOSESCU, 1999). Tais noções passaram a ganhar notoriedade, abrindo possibilidades teóricas que do ponto de vista clássico, eram profundamente revolucionárias.

Simultaneamente ao aparecimento dos diferentes níveis de Realidade e das novas lógicas (...) um terceiro fator veio se juntar para desferir o golpe de misericórdia na visão clássica do mundo: a *complexidade*. Ao longo do século XX, a complexidade instala-se por toda parte, assustadora, terrificante, obscena, fascinante, invasora, como um desafio a nossa própria existência e ao sentido de nossa própria existência. A complexidade em todos os campos do conhecimento parece ter fagocitado o sentido... (NICOLESCU, 1999. Grifos nossos).

Para NICOLESCU (1999) a ideia científica de complexidade nutriu-se da explosão da pesquisa disciplinar, e até hoje – mesmo em outras áreas de estudo e pesquisa - determina a aceleração da constante multiplicação das disciplinas. A discussão do tema proposto em nossa dissertação, portanto, também endossado pelas perspectivas de Basarab Nicolescu, indica-nos que o caminho atual da teoria da mudança social supõe a compreensão dos processos de mudança num ambiente de *complexidade* (que, como já comentamos, ilustra-se pela necessidade da condução multitemática e interdisciplinar dos temas e objetos de estudo relacionados à mudança social).

Na segunda metade do século XX, Edgard Morin (MORIN, 2005) era outro teórico que já enunciava a maior parte de suas ideias sobre ciência e complexidade. Segundo o autor, as contestações de seu ponto de vista, as incompreensões e a marginalização que sofreu ao longo de sua produção acadêmica, teriam adormecido seu esforço de teorização. Para ele, reconhecidamente um dos expoentes do pensamento pós-moderno, *as ciências ainda não têm consciência de que lhes falta uma consciência*: o esforço humanístico carece de consciência dos caracteres físicos e biológicos dos fenômenos sociais; as ciências naturais não possuem, segundo o autor, consciência de sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. Em linhas gerais, MORIN (2005) defende que “*as ciências não tem consciência dos princípios ocultos que comandam suas elucidações...*”.

Fato é que algumas ideias lançadas em uma de suas obras “*Ciência com consciência*” (e que foram consideradas impertinentes), hoje são atualmente admitidas por um grande número de cientistas, como por exemplo a concepção de *caos organizador*. Mesmo que a reforma do conhecimento proposta pelo autor, não tenha chegado ao núcleo do paradigma de ordem da ciência moderna, que até hoje tem suas premissas contestadas, a complexa identidade

estabelecida entre caos e conhecimento científico hoje parece ter melhor acolhida. O resultado do pensamento de MORIN (2005) e de outros autores pós-críticos é visível, também no campo de estudos da mudança social. Atualmente, o termo “complexidade” já não é mais perseguido por um policiamento da consciência científica, e a complexidade aparente dos fenômenos não é mais dissolvida por uma ciência clássica, ou seja, a noção de complexidade não é mais – como era antes, no ciclo moderno da ciência – um inimigo a ser eliminado.

A complexidade permanece ainda, com certeza, uma noção ampla, leve, que guarda a incapacidade de definir e de determinar. É por isso que se trata agora de reconhecer os traços constitutivos do complexo, que não contém apenas diversidade, desordem, aleatoriedade, mas comporta, evidentemente também, suas leis, sua ordem, sua organização. Trata-se, enfim e sobretudo, de transformar o conhecimento da complexidade em pensamento da complexidade... (MORIN, 2005, p.8).

A instituição da interdisciplinaridade nesta atmosfera, portanto, postula-se como uma via complementar, na medida em que como o prefixo “inter” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas e através das diferentes disciplinas. Podemos dizer então que objetivo das inferências interdisciplinares no campo da mudança social, portanto, se deve à compreensão do complexo mundo presente, para o qual um dos imperativos é a inclinação por um conhecimento menos estreito.

Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 1988), orientado pela mesma distinção de Nicollescu e de Morin, é outro autor que sugere um pensamento científico que contemple a complexidade, para além dos “espaços vazios” entre as disciplinas. Em suas palavras, um conhecimento para além do “pensamento abissal”. Para SANTOS (1988), o pensamento abissal “consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso...”.

O carácter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade. Sendo certo que a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o facto de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos (...) [quanto] aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha, eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso... (SANTOS, 1988, p.5).

No domínio da ciência, para o autor, as divisões levadas a cabo pelas distinções tradicionais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do “outro lado da linha” daquilo que é considerado verdadeiro pela racionalidade

científica tradicional. Esta, para o autor, é a negação radical – e profundamente prejudicial – da “copresença” de disciplinas e conceitos entre si (SANTOS, 1988).

Para o autor, portanto, é importantíssimo o aproveitamento de uma vasta gama de experiências desperdiçadas (sem uma localização territorial fixa nos campos do conhecimento), tornadas visíveis, tal como os seus autores, através de uma outra via. Na proposta de um pensamento pós-abissal, Boaventura sugere o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos em interações sustentáveis e dinâmicas. Defendendo uma “ecologia de saberes” Boaventura baseia-se na ideia de que conhecimento é “*interconhecimento*” (SANTOS, 1988, p.23).

Em linhas gerais – observando uma comparação entre os primeiros teóricos da mudança social, originários dos séculos XVI e XVII, e os autores pós-críticos hoje revisitados pelos pesquisadores do mesmo campo – o estudo da mudança social troca a ideia de “totalidade” pela ideia de “limitação”; altera a concepção de estágios necessários (etapas) de progresso pelas explicações causais das mudanças vividas; desincorpora juízos de valor, oferecendo alguma categorização; busca retirar da análise seu teor determinista, optando por outras formas de validação, como a estatística. Neste sentido, o foco desloca-se para as entidades sociais mais limitadas, de fronteiras mais estreitas, como civilizações, culturas, cidades, movimentos sociais, ou seja, para sociedades específicas – ao invés da sociedade humana em sua totalidade. Ao invés de propor tipologias universais, os pesquisadores passaram a investigar os mecanismos pontuais e complexos da mudança, impossíveis de se generalizarem para todas as categorias sociais, estando seus projetos e análises validando a presença de um pensamento não mais vinculado com as concepções universalistas da ciência moderna.

As perspectivas desta ciência *complexa* e *interconectada*, ilustrada por Nicolescu, Morin e Santos nos reiteram o diagnóstico de que não podemos conceber o momento de estudo da mudança social sem o advento da noção de *complexidade* e *interdisciplinaridade*.

Outra noção importante, bastante presente nas discussões sobre a mudança social, trata-se da noção de *espaço público* e *espaço privado*. Em uma de suas principais obras, “*Mudança estrutural da esfera pública*”, Habermas ressalta a dificuldade de se disciplinar a análise de seu objeto de estudo, a esfera pública burguesa. Utilizando aportes interdisciplinares entre a sociologia e a história, o autor traça a trajetória da construção moderna das categorias “público” e “privado”, conceitos importantes e que auxiliam no posicionamento e análise dos atores políticos da atualidade. Em linhas gerais, compreender a história e a construção da esfera pública permite-nos entender seu funcionamento e ampliar a noção atual da luta políticos entre

grupos que pleiteiam interesses dentro e fora do Estado, visando sua agenda própria de mudança social.

Para HABERMAS (2003) existe uma multiplicidade de vozes diferentes para os significados de “público” e de “esfera pública”. O autor relativiza o conceito e alerta que muitos são os sentidos emitidos quando se fala de algo “público”. Uma análise histórica e sociológica dos múltiplos significados de tais termos – segundo o autor – poderia canalizar os diversos sentidos históricos até o esclarecimento de um conceito geral sociológico de esfera pública.

Com relação ao meio em que se originou o que o autor chama de “esfera pública burguesa”, foi o surgimento do capitalismo mercantil do século XIII a atmosfera que nutre esta mudança. Neste período começa um processo de troca e movimentação de mercadorias e de informações que constitui o comércio capitalista da época, junto ao renascimento das cidades. Nesse âmbito, a burguesia, sob o domínio do Estado, ergue seu próprio poder citadino e comercial (HABERMAS, 2003). Uma vez que não está mais sob o domínio do poder soberano, a burguesia vai então se constituindo como classe dominante.

Nesse processo, Habermas indica que – com a formação das monarquias nacionais – os senhores feudais e sua representatividade pública cederam espaço a outra esfera, a esfera do poder público (no sentido moderno do termo), onde *público* torna-se sinônimo de *estatal*, com um funcionamento regulamentado segundo competências de um aparelho (OLIVEIRA, 2010). Dessa maneira, o poderio senhorial transformou-se em “polícia” e as pessoas privadas, submetidas a ela, constituíram um “público”. Neste sentido, a produção capitalista toma o lugar do velho modo de produzir e a sociedade civil burguesa passa a ser constituída. As atividades até então confinadas no âmbito da economia doméstica surgem à luz da esfera pública. A imprensa passa a ser uma aliada do comércio que se desenvolve, e passa a ter um caráter mais público, onde intelectuais são designados a escrever ao público descobertas que pudessem ser aplicadas. Segundo Habermas, nasce neste processo histórico e através da imprensa, a opinião pública (HABERMAS, 2003).

A sociedade civil, então (e ainda segundo o autor), se apropria desse espaço de opinião pública e passa a usá-lo para pressionar o Estado. Essa massa é chamada por Habermas de “esfera pública burguesa”, constituindo uma categoria da sociedade liberal que passaria a influenciar o poder decisório sobre as políticas públicas. Para o autor, a relação entre sociedade e Estado, em primeira linha, não se dá através da participação política (OLIVEIRA, 2010).

Habermas indica que o termo “opinião pública” passou a designar a posição de um público pensante com poder de reflexão e de levantar uma discussão política. “Em meados do século XIX, em virtude de sua própria dialética, o burguês começa a ter seu lugar tomado por

grupos que se tornam sujeitos da esfera pública...” (OLIVEIRA, 2010) Dessa maneira, a esfera pública revolucionada de forma democrática torna-se fundamentalmente uma esfera de deliberação e de decisão pública. É nesse ambiente que se constituem as campanhas de movimentos sociais, comentadas e exemplificadas por TILLY (2010).

Ainda que hoje os movimentos sociais tenham se aproveitado de uma esfera de poder originária por interesses não raras vezes contrários à suas demandas, em linhas gerais, para Habermas, as instituições da esfera pública foram se delineando à medida que a burguesia ampliava seu domínio e ao passo que as cidades se desenvolviam e assumiam suas funções culturais.

Novos comportamentos, novos costumes, a inserção das mulheres nos meios de discussão, enfim, uma nova cultura começa a ganhar legitimidade nesse novo ambiente. O acesso ao estudo e à comercialização da troca cultural como música, teatro, literatura, museus, dentre outras manifestações, faz com que surja uma nova classe social, uma camada culta que promove uma ruptura com a camada alta da grande burguesia... (OLIVEIRA, 2010).

Através de Jürgen Habermas (2003), o entendimento que tanto a esfera pública quanto as cidades surgem através da ascensão histórica da burguesia como classe política dominante, é aspecto aclarador para se entender as formas de produção e reprodução da sociedade atual. Em linhas gerais, as referências à Habermas pelos pesquisadores ilustram uma particularidade da mudança social no tempo presente, qual seja, o poder influenciador (e de opinião) de algumas camadas da sociedade no processo da mudança social. Nas palavras de HABERMAS (2003), o comportamento eleitoral da população, por exemplo, ainda é delineado pela esfera pública burguesa; ou seja, existe *um público de pessoas privadas pensantes assumindo funções críticas e legislativas*, e exercendo um forte papel influenciador na sociedade. Um outro fator retratado pelo autor é o uso da propaganda como forma de influenciar decisões eleitorais: trata-se da mídia dominando a esfera pública. Devemos também considerar, neste sentido, que o processo de mudança social também se vale do debate e da ação contida nos espaços público e privado, bem como através de uma opinião que se formata por classes sociais específicas. Esta, para nós, é a principal contribuição de Habermas para o debate atual da mudança social.

Por fim, uma terceira noção também recorrente nos estudos da mudança social, trata-se da questão das *urbanidades*.

Segundo LEFEBVRE (2011), o fenômeno urbano é mais um dos exemplos manifestos da complexidade desconcertante da atualidade. Trata-se, segundo o autor, de um desafio “para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação...”. Sob a análise das cidades e suas dinâmicas de exclusão, HARVEY (2008) infere se o compasso e a escala surpreendentes

de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano. O autor ressalta que vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a outras noções da vida urbana, e nesse sentido, torna-se importante a exploração de um outro tipo de direito humano: *o direito à cidade*.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos... (HARVEY, 2008, p.74).

Segundo LEFEBVRE (2011), apenas hoje é que começamos a aprender as especificidades da cidade e dos fenômenos urbanos. Assim como HARVEY (2008), o autor sugere a análise da mudança das cidades como fenômeno análogo a mudança das sociedades. Muito porém, as transformações do espaço urbano – para o autor – não são resultados passivos das modificações sociais. O fenômeno urbano, segundo Lefebvre, depende não só das relações imediatas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (das relações dos indivíduos em grupos amplos, organizados ou não), mas também da ordem regida por grandes instituições (Igreja, Estado, etc.), por códigos jurídicos formalizados ou não formais, bem como por uma cultura e conjuntos de significados. A cidade, para Henri Lefebvre é uma “*mediação entre as mediações*”, um sustentáculo da ordem de produção capitalista e de propriedades privadas.

David Harvey infere que as mudanças atuais concernentes à expansão do processo urbano trouxeram com elas incríveis transformações. A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade “num mundo onde consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana...” (HARVEY, 2008, p.81).

A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. Centros comerciais, galerias e pequenos comércios proliferam, como *fast-food* e mercados locais de artesanato. Temos agora, como coloca a socióloga Sharon Zukin, “a pacificação pelo cappuccino”. Ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “novo urbanismo” que mobiliza o comércio

da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos... (*idem*, p.82).

Para Harvey, a cidade é o mundo da ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a realidade da renúncia política das formas de ação coletiva, como já observamos na discussão das ideias propostas por Bauman, Castells e Tilly. Para o autor, vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito. Os resultados da concentração de renda sobre o espaço das cidades é manifesto, o que as torna progressivamente um aglomerado de fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados, mantidos sob constante vigilância. No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados” (HARVEY, 2008). Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escola exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno vivendo em contraste com áreas de medidores entrelaçados com instalações ilegais, com sistemas incompletos de saneamento, com eletricidade pirateada por poucos privilegiados, dentre demais situações de risco e de marginalidade. Cada fragmento contraditório da cidade, para Harvey, parece viver e funcionar autonomamente, fixando firmemente ao que for possível em sua própria vida cotidiana. David Harvey e Henri Lefebvre coincidem na posição de que a “cidade” e o “urbano” não podem ser compreendidos sem os desdobramentos das relações de classe e de propriedade. Para Lefebvre, o Estado e a Empresa particular procuram se apoderar das funções urbanas, assumi-las e assegurá-las ao alterar o espaço do urbano de acordo com seus interesses (LEFEBVRE, 2011).

Sob estas condições as noções de *cidadania* e *pertencimento* são ameaçadas pela propagação de um mal-estar, de um isolamento e de uma inclusão seletiva na cidade, e tornam-se mais difíceis de se sustentar. O aumento da atividade criminal, como um fator também decorrente da desigualdade urbana, ameaça a segurança individual a cada momento, induzindo altas demandas populares pela repressão policial. Neste ambiente, a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no interior do qual e a partir dele movimentos sociais poderiam surgir, parece implausível (HARVEY, 2008). Há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam seus “empreendedores”, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento de seus espaços. É nesse momento que as mudanças sociais induzidas pelo sistema produtivo ganham uma outra alternativa (ou rechaço), e mobilizações progressistas

incluem na cena urbana um vetor de mudança social contrário à lógica do isolamento e da inclusão seletiva nas cidades.

Por conta disto, uma possível resposta à questão da segregação urbana e dos demais problemas de inclusão nas cidades é o maior *controle democrático* sobre a produção e utilização do espaço urbano (HARVEY, 2008). Um passo nessa direção é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do espaço das cidades.

Progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados. Em Nova York, por exemplo, o bilionário prefeito, Michael Bloomberg, está remodelando a cidade conforme diretrizes favoráveis aos incorporadores – Wall Street e capitalistas transnacionais – e promovendo a cidade como uma localização ótima para grandes negócios e destino fantástico para turistas. Com efeito, ele está tornando Manhattan um vasto condomínio fechado para ricos. Na Cidade do México, Carlos Slim remendou as ruas do centro urbano para agradar ao olhar do turista. Não apenas indivíduos abastados exercem poder direto. Na cidade de New Haven, presa aos recursos de reinvestimento urbano, está Yale, uma das mais ricas universidades do mundo, que está redesenhando muito a estrutura urbana ao gosto das suas necessidades. A Universidade John Hopkins está fazendo o mesmo para o leste de Baltimore e a Universidade de Colúmbia planeja fazer igual para áreas de Nova York, estimulando movimentos de resistência em ambos os casos. O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto... (HARVEY, 2008, p.87).

Com o advento de políticas de Estado interessadas no poder monetário advindo do capital corporativo (construtoras, multinacionais, ricos grupos executivos locais etc.), uma classe social específica ganha facilidades e anuência para moldar a mudança nas cidades. Fazer com que o Estado favoreça o impacto de inclusão social e o investimento nas áreas urbanas mais afastadas pelo sistema econômico, portanto, é também uma hercúlea tarefa de movimentos sociais urbanos, intelectuais e algumas figuras políticas, engajados na deliberação e participação nas mais diferentes instâncias.

Segundo David Harvey, a democratização do direito à cidade e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo. “Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais...” (HARVEY, 2008). Neste sentido, ressaltamos a importância das cidades como ferramentas, veículos e canais mediadores de diferentes tipos de mudança social, e como local crucial para o debate democrático da construção de direitos. Nessa atmosfera, diversos grupos e interesses entram em cena na definição do que é público e do que é privado: o resultado deste embate

urbano, onde cada grupo usa sua melhor ferramenta, é também a formatação das cidades e dos direitos de seus cidadãos.

É por estas questões observadas que podemos inferir que a problemática da mudança social do mundo presente também ganhou um contorno urbano. Tal revolução urbana não representou tão somente uma mudança do espaço social, e das trocas entre as pessoas, mas sim uma nova maneira de pensar e de viver. Para Lefebvre e Harvey é impossível pensar a história humana e a sociedade da atualidade sem se deter em algum momento no pensamento sobre o que é urbano e seus desdobramentos. Dentre as possibilidades de vida social e de entendimento da mudança social e da participação política, portanto, a inclusão do fenômeno urbano no debate também é essencial.

É evidente que diversas outras noções e debates não figuraram em nossa análise, pelos motivos já atentados por nós (resumidamente, concernentes à realidade multivariada e multitemática do campo). Para além das noções de *complexidade*, *interdisciplinaridade*, *setor público e privado*, *opinião pública*, *direito à cidade*, *urbanidades*, dentre outras ideias supracitadas, o fenômeno da mudança social toma como tema diversos outros conceitos e perspectivas⁴.

Terminado nosso panorama de temas possíveis, conceitos, autores recorrentes e outros discursos gostaríamos também, e antes de concluir, reconhecer algumas ausências importantes (notadamente no cenário brasileiro de estudo das mudanças sociais). Tais autores, para nós, também são importantíssimos num panorama introdutório de referências: muito embora eles não tenham figurado em nossa análise, acreditamos que suas obras são também essenciais para a compreensão do estudo das mudanças sociais no Brasil.

Portanto, indicamos também como referências nacionais fortemente relacionadas à temática apresentada por nós: Florestan Fernandes⁵ (1920-1995), Celso Furtado (1920-2004), Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Darcy Ribeiro (1902-1982) e Caio Prado Jr. (1907-1990), autores que – além de apresentarem notórias obras no campo historiográfico brasileiro – foram tomados como as mentes que “inventaram” o

⁴ É importante comentar que em dissertação recentemente defendida por Danilo Valentin, um dos pesquisadores presentes em nosso grupo no PROMUSPP, esta discussão e debate são ampliados. Ao analisar onde estariam os principais focos e potências para a mudança, transformação e participação política, Valentin diagnostica - ao examinar a tensão atual existente entre os paradigmas do agronegócio e da questão agrária – que há uma escola de pensamento surgindo e se consolidando que indica que dentre os movimentos camponeses e ou camponeizados existe um grande potencial de “transformação social”, aspecto que é reconhecido por parte dos autores como sendo residente apenas dentre as forças urbanas.

⁵ Já referenciamos a obra do professor Florestan Fernandes em nossa dissertação. Neste tópico reiteramos, porém, sua contribuição e importância para o campo de estudos da mudança social no Brasil.

pensamento cultural e acadêmico sobre nossa nacionalidade (CARDOSO, 2013). Podemos dizer que, caso queiramos desenvolver um estudo sobre mudanças sociais no Brasil, serão eles os autores clássicos que merecem especial atenção, por discutirem a base histórica que explica grande parte das condições políticas da mudança social nacional.

Como já comentamos, a obra de Florestan Fernandes “Mudanças Sociais no Brasil” divisou um estudo crítico singular e de forte tradição marxista. Na leitura de Fernandes, o conhecimento científico poderia servir como componente racional orientador de um projeto nacional de desenvolvimento. A mudança, então, converter-se-ia em verdadeira técnica social, "inserida no pensamento como um recurso destinado a introduzir aperfeiçoamentos progressivos em todos os campos em que a atividade humana se desenrola de forma socialmente organizada..." (FERNANDES, 1979).

Ocorre que, para Florestan Fernandes, as possibilidades construtivas do conflito, do desenvolvimento social, numa sociedade cujas tendências de controle social não são orientadas, ou estão concentradas nas mãos das classes privilegiadas, são limitadas por sua própria natureza, o que define, do ponto de vista histórico, a forma como se manifestam e são tratados os movimentos sociais no Brasil... (MARTINS, 2003, p.13).

Podemos dizer que o trabalho de Florestan Fernandes divisa não somente um melhor esclarecimento acerca do que pode vir a ser a mudança social, como também foi um dos primeiros a apresentar a defesa da intervenção intelectual na organização da sociedade, e a indicar propostas de trabalhos que procurassem delimitar os contornos dessa intervenção (MARTINS, 2003). Dentre os autores brasileiros clássicos, que julgamos importantes para o campo de estudos da mudança social, ele sem dúvida lidera a lista proposta por nós.

Seguindo a mesma inclinação, a obra de Celso Furtado tornou-se premente no Brasil com a chegada da questão do *desenvolvimento* no debate econômico nacional, e postulou-se contrário à chamada “proposta ortodoxa neoliberal” (notadamente nas questões relativas à estabilidade econômica e à abertura e desregulamentação das economias nacionais). Celso Furtado buscou, através de sua obra, empreender um estudo sobre como se estrutura o desenvolvimento na periferia do sistema capitalista, criando uma nova abordagem teórica para a questão do subdesenvolvimento no Brasil.

A obra de Furtado retratou diferentes aspectos e contribuições para a compreensão da situação histórica das mudanças na economia brasileira, sendo a maior dentre elas o livro “*Formação Econômica do Brasil*”, um dos clássicos da interpretação acadêmica acerca do país.

Podemos dizer que Furtado não foi somente um estruturalista⁶ no enfoque econômico: ele também demonstrou fortes contribuições de caráter sociopolítico ao contextualizar e situar historicamente as estruturas que criticava, explicando as permanências dos entraves estruturais à mudança social. Segundo o autor, tais entraves poderiam ser vencidos através de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento de estágios mais avançados do capitalismo nacional. Para o autor, então, *a mudança social consistiria na superação do subdesenvolvimento, através da ação planejada do Estado.*

Tanto que, no plano político, um dos principais projetos de Furtado foi a criação da SUDENE⁷ (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), justamente por conta da falta de uma política de desenvolvimento que alterasse a inserção da economia nordestina como periferia dos centros dinâmicos da economia nacional (CORSI & CAMARGO, 2010). Podemos dizer que a criação desta instituição serviu para barrar a reprodução do “esquema de desenvolvimento” brasileiro, ainda centrado na dominação centro-periferia. Por fim, segundo VIEIRA (2004, p.16), podemos dizer que a obra de Celso Furtado não serviu para produzir consensos sobre como enfrentar o problema do subdesenvolvimento, pois estas questões não se devem postular no debate acadêmico: são elas do campo da política, portanto, “das lutas entre as forças que desejam superar e as que desejam manter a posição do país no mercado mundial capitalista...”. Podemos inferir, porém, que para aqueles que optam por tomar um “partido ativo” e “planejado” da mudança social com relação a esta questão, grande parte do *manual de trânsito político* foi legado por Fernandes, Furtado e outros.

Gilberto Freyre, outra importante referência para nós, foi autor de “Casa Grande & Senzala”, seu primeiro e mais conhecido livro que – talvez pela polêmica expressa – considerava a questão racial no Brasil escravagista por intermédio de uma “mecânica de harmonia”. Sua proposta inaugurou o que os pensadores chamam de “democracia racial” no Brasil.

Talvez em parte alguma se esteja verificado com igualdade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como o Brasil. (...) o regime brasileiro, em vários

⁶ A tradição estruturalista da economia enfatiza o papel que as estruturas (as atividades produtivas, padrões de comércio, tecnologia, nível educacional da força de trabalho, estrutura da propriedade dos meios de produção, etc.) desempenham no crescimento dos países em desenvolvimento (MISSIO *et al*, 2012).

⁷ É possível dizer que a criação da SUDENE em 15/12/1959 representou um avanço da perspectiva desenvolvimentista na história recente do país, marcando a incorporação progressiva da Região Nordeste na agenda nacional e, logo em seguida, a Amazônia, ao processo de desenvolvimento conduzido pelo governo federal, que até àquela data se concentrava nos estreitos limites das Regiões Sudeste e Sul.

sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos... (FREYRE, 2006).

Segundo a maioria de seus comentadores, ainda que a junção dos personagens em sua narrativa tenha sido mergulhada numa atmosfera imaginária e idealizada, sua obra serviu como uma ferramenta de compreensão das relações históricas no Brasil. Gilberto Freyre marcou, em seu texto, os traços da *mudança social* que consistiu na transição da sociedade escravocrata brasileira para uma sociedade “pré-urbano-industrial”. Sua leitura sociológica consubstanciou, nos anais da literatura sobre o Brasil, não apenas as mudanças na vida pública ou no exercício de funções sociais definidas, como também uma perspectiva das *mudanças sociais da vida cotidiana* do Brasil colonial.

Sérgio Buarque de Holanda, outro grande nome de nosso panorama acadêmico nacional, foi um dos maiores jornalistas e historiadores brasileiros (CARDOSO, 2013). Dedicou-se à temática que ele mesmo intitulava “história da civilização brasileira”, chegando a presidir o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (uma das primeiras instituições dedicadas ao estudo sistemático da formação e história do país). Autor do clássico livro “Raízes do Brasil”, era recorrente em seu estudo uma ideia latente: a busca pela identidade nacional. Ao mesmo tempo, ilustrou com sua obra os principais problemas derivados das estruturas de um país recente, em constante mudança.

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século (...) O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda do prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa revolução... (HOLANDA, 1995).

A citada obra “Raízes do Brasil” ocupou-se em relatar sobre como os reflexos da cultura ibérica (seu “transporte cultural”) e os costumes internos e nativos do Brasil. Tratou também o autor acerca das *mudanças sociais visíveis nesta relação*, seus principais “tipos” de indivíduos (o “aventureiro” e o “trabalhador”, o “semeador” e o “ladrilhador”, etc.), mergulhados em uma sociedade de forte herança rural. Ademais, um dos principais conceitos da obra de Buarque – revisitado até hoje pelos pensadores da cultura brasileira – trata-se do conceito de homem cordial.

a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo ‘o homem cordial’ (...) A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é

livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de ideias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades... (HOLANDA, 1995).

Em síntese, tal esforço consistiu em traduzir os processos de mudança social de um país em formação, em que se viveu o contraste rígido entre um Estado frio e desumanizado e uma sociedade patriarcalista, de clientelismos e ausência de limitações entre o privado e o público (HOLANDA, 1995). Podemos dizer que muitas das limitações políticas observadas pelo autor ao analisar o período colonial ainda se mantiveram no atual período da república, o que é mais um aspecto da atualidade de sua obra.

Darcy Ribeiro – antropólogo, escritor e político brasileiro (e outro nome importante em nossa lista) – foi um autor reconhecido pelos estudos acerca das etnias indígenas nativas, e também pelos ensaios sobre a América Latina. Suas obras e pesquisas buscaram – por intermédio da etnologia – apreender as culturas e línguas indígenas do Brasil, bem como as configurações histórico-culturais dos povos americanos. Seus ensaios antropológicos buscaram a discussão das etapas da “evolução” sócio-cultural do que chamou de “processo civilizatório”, constituindo uma original “teoria do Brasil” e de suas mudanças (VAZ, 2005).

Meu sentimento era de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em seus próprios termos, fundada em nossa experiência histórica. As teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis. (RIBEIRO, 1995).

Entendendo a formação do Brasil como um processo sociocultural, Darcy Ribeiro traçou uma trajetória histórica do país, tomando como objeto aspectos como: a urbanização caótica, classe cor e preconceito, assimilação e segregação, bem como a criativa ideia dos “diferentes brasis” (o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil caipira, os brasis sulinos, etc.). Através do contato com sua obra temos uma visão não só da trajetória de mudanças pela qual trafejou o país, como também seus diferentes contextos de assimilação cultural durante este processo.

Terminando nosso panorama geral de inferências e recomendações sobre a leitura do estudo do fenômeno da mudança social no Brasil, citaremos a obra de Caio Prado Jr., historiador, geógrafo, escritor e político brasileiro, que – em 1933 – publicou sua primeira obra, intitulada “Evolução Política do Brasil”. Seu esforço se provou uma tentativa de interpretação da história política e social do país, e era oriundo da já comentada atmosfera de atividade política dos anos 30, que consistia no esforço orientado de se relacionar e compreender os processos de mudança social que estavam em pauta na sociedade brasileira. A obra de Caio Prado Jr. merece notoriedade, pois foi pioneira em seu tempo. Analisou o Brasil colonial,

oferecendo aos outros autores brasileiros supracitados um percurso a se revisitar, dividindo os primeiros anos da formação nacional em uma das primeiras tipologias de análise histórica do tema. Antes mesmo de Celso Furtado, pensava no desenvolvimento das forças produtivas internas do país em nome de uma iniciativa nacional desenvolvimentista, e mesmo antes de Florestan Fernandes incorporou a leitura marxista à interpretação dos processos históricos brasileiros (HANNA, 2003). Segundo REIS (1997), Caio Prado Jr. – inspirado pela crítica marxiana – buscou o estudo dos “fatos do Brasil” em termos de relações, processos e estruturas, buscando lidar com a localização das desigualdades, diversidades e contradições sociais nacionais.

José Murilo de Carvalho, em posfácio à obra de CARDOSO (2013), sugere que diversas listas de atores de tradição brasileira – lidos e relidos ao longo dos estudos e interpretações sobre o Brasil – são postas à apreciação dos interessados. Alguns nomes aparecerão mais do que outros em nome de fatores como reconhecimento, empatia, e até mesmo admiração. Cabe a nós reconhecer a validade dos esforços empreendidos por cada acadêmico brasileiro, *ainda que não tenham figurado em nosso panorama aqui indicado*. Reafirmamos, porém, através destes nomes citados, que o pensamento sociológico, econômico e político sobre a *mudança social* é uma tradição viva no Brasil, e que sempre merece ser revisitada.

Por fim, como recomendação final que foi de profundo interesse e valia para nós em nosso percurso de entendimento conceitual mais geral acerca do fenômeno da mudança social, recomendamos a leitura da obra “*A sociologia da mudança social*”, de Piotr Sztompka. O objetivo de SZTOMPKA (1998) neste livro foi o de enumerar e reavaliar todo o legado do pensamento sociológico sobre a mudança social, do clássico ao contemporâneo, e fornecer as ferramentas necessárias a uma compreensão crítica das épocas onde a mudança social foi tomada como objeto de estudo. Inicialmente projetado como um livro de textos para estudantes universitários e pesquisadores, a obra abarca com grande grau de especificidade, quatro grandes visões da mudança social e histórica predominantes desde o século XIX: a perspectiva evolucionista, cíclica, dialética e pós-desenvolvimentista. Assim, para nós, o livro levanta discussões indispensáveis e conceitos-chave para os debates contemporâneos, como o *processo social*, o *desenvolvimento*, a ideia de *progresso* e de *tempo social*, bem como às noções de *modernidade*, *pós-modernidade* e *globalização*.

Segundo SZTOMPKA (1998), há diversas formas de se estudar e identificar a mudança social (ou as mudanças sociais). Diferentemente de observarmos tal fenômeno por intermédio de componentes muito bem definidos, separados e fragmentados (portanto, símbolos de uma dissecação da realidade), podemos também alcançar o descobrimento da mudança como um

processo, como um *contínuum* dinâmico, ou seja, como uma sequência de mudanças inter-relacionadas. Podemos chamar esta nova “lente” de *campo social dinâmico*, e podemos tomá-la como modelo alternativo para observar, diagnosticar e apreciar as mudanças sociais.

Foi apenas recentemente que a sociedade pôs em dúvida a validade do modelo “orgânico-sistêmico” da sociedade. Segundo SZTOMPKA (1998) duas tendências intelectuais parecem ganhar importância: (1) a ênfase nas amplas qualidades dinâmicas da realidade social, isto é, a percepção da sociedade em movimento; e (2) o não tratamento da sociedade como objeto, isto é, a *des-reificação* da realidade social. “Tal perspectiva puramente dinâmica ou processual logo se transformou em abordagem dominante, a tendência da ciência moderna de tratar dos eventos e não das coisas, dos processos e não dos estados...”.

A imagem do objeto se modifica de acordo com a mudança que nele se opera. A sociedade [na forma dinâmica de análise] já não é mais vista como um sistema “duro”, rígido, mas ao contrário como um campo “flexível” de relações. A realidade social é uma realidade interindividual (interpessoal) que existe entre os seres humanos e seu meio, uma rede de laços, ligações, dependências, trocas, lealdades. Em outras palavras, é um tecido social específico, uma trama social que une as pessoas. Tal campo interindividual está em constante movimento: ele se expande e se contrai, (...) se fortalece e se enfraquece, (...) se funde ou se desintegra, (...) se liga ou se separa de outros segmentos (...). Muitos mais do que as entidades estáveis que chamamos grupos, o que de fato existe são processos constantes de agrupamento e reagrupamento; existem processos de organização e reorganização, e não organizações estáveis; formações, não formas... (SZTOMPKA, 1998, p.36)

Seguindo tais considerações, é possível diagnosticar que existe uma variedade considerável de processos sociais de mudança, bem como diferentes formas de vislumbrá-los. É por este diagnóstico conceitual, e diversos outros aportes, que o a obra “*Sociologia da Mudança Social*”, de Piotr Sztompka, merece especial atenção dos pesquisadores do campo analisado por nós, sendo imprescindível no debate conceitual sobre a mudança social.

5 Considerações Finais

Ao analisarmos o estado da arte da pesquisa em mudança social, não só no Brasil mas também em outros países, nosso esforço se situou na leitura e apresentação dos autores recorrentes e de teorias mais gerais sobre as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade moderna em transição (mais especificamente sobre as mudanças sociais correntes dos séculos XIX, XX e XXI). Como comentamos, seria bem mais trabalhoso resumir numa só linha temática (ou num só eixo dissertativo) todo o caleidoscópio de referências autorais e temas assumidos pelos pesquisadores da mudança social, ainda que tal esforço fosse teoricamente válido e necessário para o novíssimo campo da “ciência da mudança social” que se desvela sobre nós.

Muito porém, observando tais autores e teorias bastante revisitadas pelos teóricos, não podemos afirmar que a *regularidade* observada apresenta nuances de *consenso* teórico entre os pesquisadores. Nossa leitura se concentrou, portanto, em três grandes referências recorrentes e uma coleção de outros aportes, com o objetivo de construirmos uma porta de entrada para o estudante deste campo. É importante salientar que, mesmo apresentando certa regularidade nos apoios autorais e grande dispersão de temas, não consideramos que seja possível através de nossa análise afirmar que um autor ou um conjunto de autores são referenciais básicos do estudo da mudança social (até porque cremos que esta seja uma decisão coletiva de seus pesquisadores, dada a particularidade de seus temas). Podemos sim objetivar a abertura de uma discussão acerca de quais deles, presentes no próprio resultado teórico dos programas até então, possam ser tomados como bases fundantes nas discussões sobre mudança social e participação política produzidas pelos programas de pesquisa no mérito.

Como comentamos, também por conta dos diferentes objetivos de análise de cada pesquisador desta novíssima área, vivemos num campo de construção teórica que pode ser representado ainda como uma “tinta fresca”, de um tom muito bem definido mais ainda por sedimentar sua cor. Analogias à parte, podemos dizer que não é claramente possível elencar autores chave que sejam teoricamente consensuais entre os pesquisadores, muito embora cada um deles tenha (no interior de seus grupos e de sua experiência acadêmica) referências específicas notórias e que legitimamente esclarecem seus objetos estudados. Não seria estranho, portanto, que nossa dissertação – com o objetivo de ser uma revisão teórica do campo – figurasse como uma bricolagem bem diversa de temas, teorias e de autores; como resultado de ideias gerais ainda inacabadas sobre o que poderia representar a complexidade da mudança social no tempo presente, em constante transformação e sob profunda ebulição social.

Ademais, tendo os programas inspirações interdisciplinares, seria natural que suas referências autorais e teóricas fossem expoentes de diferentes campos científicos, ou mesmo autores que abordassem diferentes objetos de estudo, complexos em sua essência. Em segundo lugar, e como já comentamos, sendo os programas no presente momento ainda relativamente recentes (alguns deles, como o PROMUSPP, contando com menos de uma década de produção e pesquisa) e em constante efervescência de novos temas, eles ainda não parecem comungar de referências teóricas que norteiem seus esforços de domínio do campo, ou mesmo que sirvam de uma introdução para o “iniciado” no tipo de pesquisa que exercita o programa. Foi então que nos aprofundamos mais especificamente em três grandes nomes recorrentes.

Como salientamos, através da leitura de Zygmunt Bauman descobrimos a fragmentação da vida humana diante das fortes mudanças sociais vislumbradas na passagem do século XX para o XXI. A multiplicação da humanidade no planeta, notadamente a multiplicação das conexões, das relações e das comunicações espalhadas em todo o globo fizeram das relações humanas conexões líquidas, incertas – de “conectividades” e “desconectividades” – onde as questões da identidade individual tomam o centro da atividade humana dos cidadãos. Ao mesmo tempo que poderíamos supor que de alguma forma estamos numa posição de maior interdependência uns dos outros, a indiferença ao “bem comum” contrasta com essa possibilidade, estando grande parte das pessoas mais preocupadas com sua segurança individual e suas relações sociais mais imediatas do que com as discussões democráticas mais coletivas, de alto interesse público.

Através de Manuel Castells, identificamos que tais indivíduos – na égide do que poderíamos chamar de Revolução Tecnológica Informacional – compartilham interesses através de uma trama de relações. Neste sentido, a ordem social da atualidade pode ser representada por uma *rede* de canais, por meio do qual a busca pela vida é conduzida: significados são compartilhados, informações são geridas, emprego e fluxo de capitais são condicionados, etc. A sociedade em rede anunciada por Castells passa a representar, então, uma das principais mudanças sociais desta transição atentada por Bauman. Neste tipo de sociedade, os fluxos de informação e comunicação, bem como as imagens e sentidos compartilhados entre as redes, constituem o encadeamento básico desta nova estrutura social. Na dinâmica das redes, o poder dos fluxos de informação muitas vezes não se institui de forma democrática, tão pouco a reprodução do capitalismo global do novo milênio tem demonstrado tendências a diminuir seu processo de centralização de renda, poder e influência. Neste ambiente de aflições econômicas (de cinismo político, vazio e desesperança pessoal), as desigualdades de poder continuam contingenciando a vida de muitos indivíduos.

É então, nas considerações traçadas por Charles Tilly, que coletivos chamados movimentos sociais instituem-se em redes de interesse, unindo-se. Da segurança do ciberespaço e da notoriedade das ruas e campanhas nacionais, pessoas de todas as idades e condições passam a ocupar o espaço público, num encontro entre si e com o destino que desejam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história numa manifestação de autoconsciência. Daí a importância da participação política na ressignificação do espaço público e da vida corrente. Tais movimentos sociais, dentre outras militâncias – de intelectuais, figuras políticas e indivíduos críticos das mazelas sociais atuais – são importantíssimos na transformação cultural e dos interesses instituídos. A rejeição mundial – no Brasil inclusive – do cidadão à classe política, aos partidos, aos governos, centra-se na percepção de que eles não respondem suficientemente aos interesses dos cidadãos. Uma das grandes mudanças sociais do atual período que vivemos, e o que também se institui como outra via de mudança social, é o fato dos movimentos sociais e dos indivíduos engajados mostrarem aos cidadãos que é possível pensar e atuar fora das instituições, não só para rechaça-las, mas também para melhorá-las.

Ao observar outros discursos recorrentes nas pesquisas da área, tomamos conhecimento do universo de outras noções particulares deste campo de estudos, discutindo algumas ideias pontuais.

Através das perspectivas da atual noção de *complexidade* científica, ilustrada por NICOLESCU (2003), MORIN (2005) e SANTOS (1988), extraímos a confirmação de nosso diagnóstico, já enunciado preliminarmente: o de que é impossível conceber o momento de estudo da mudança social sem o advento da noção de *complexidade e interdisciplinaridade*. Ademais, as referências à obra de HABERMAS (2004) pelos pesquisadores nos permitiria dizer que a mudança social no tempo presente também se dá através de poderes influenciadores (e de opinião), movidos por algumas camadas específicas da sociedade, dividida entre público e privado.

Complementarmente, também poderíamos inferir – à luz das considerações de LEFEBVRE (2011) e HARVEY (2008) – que a problemática da mudança social do mundo presente também apresenta um contorno urbano. Além de confirmar as inferências de Bauman e Castells, tal revolução urbana não representou tão somente uma mudança do espaço social e de trocas entre as pessoas, mas sim uma nova maneira de pensar e de viver. Para Lefebvre e Harvey é impossível pensar a história humana e a sociedade da atualidade sem se deter em algum momento no pensamento sobre o que é urbano e seus desdobramentos. Dentre as possibilidades de vida social e de entendimento da mudança social e da participação política, portanto, a inclusão do fenômeno urbano no debate também é essencial.

Ademais, trazendo à baila referências nacionais fortemente relacionadas à temática apresentada por nós, como Florestan Fernandes (1920-1995), Celso Furtado (1920-2004), Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Darcy Ribeiro (1902-1982) e Caio Prado Jr. (1907-1990), reafirmamos, através destes nomes não tão presentes na agenda atual de estudos da mudança social no Brasil, que o pensamento sociológico, econômico e político sobre a *mudança social* é uma tradição viva em nosso país, e que sempre merece ser revisitada. Por fim, como recomendação final que foi de profundo interesse e valia para nós em nosso percurso de entendimento conceitual mais geral acerca do fenômeno da mudança social, recomendamos a leitura da obra “*A sociologia da mudança social*”, de Piotr Sztompka.

Em linhas gerais, podemos dizer que em nosso esforço geral no *Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política* buscamos, num clima de compreensão da complexidade de nossos objetos de pesquisa, o amalgama das disciplinas em algo novo – a interdisciplinaridade – pensando em temas entre os eixos disciplinares, antes não tratados por falta de enquadramento ou de oportunidade acadêmica. Embora nossas inclinações tenham sido, até o presente momento, bastante felizes em seus resultados de análise, ainda nos situamos num campo de transição. Somos buscadores da interdisciplinaridade, ou mesmo da complexidade, em uma realidade acadêmica ainda de fortes bases disciplinares e de territórios com fronteiras muito bem definidas.

Tanto é que, se questionarmos cada pesquisador (orientadores e orientandos do campo) acerca de como teoricamente poderia ser entendida a “mudança social” e mesmo a “participação política”, não teríamos uma resposta clara e munida de referências autorais consensuais, pelo ao menos no que tange a ampla noção de “mudança social”. Ademais, para as possíveis respostas que teríamos, poderíamos inferir com alguma certeza que elas seriam muito bem situadas em disciplinas específicas (mesmo porque grande parte dos orientadores e orientandos do programa são ainda oriundos de formações disciplinares tradicionais).

Neste sentido, quanto à discussão das bases autorais do programa, ao mesmo tempo que a abrangência dá espaço para os complexos e novos objetos e análises contemporâneas, uma possível base teórica do campo deve ser constantemente perseguida e aclarada, para o bom desenvolvimento do próprio programa e para a conquista de seus objetivos. Se os autores aqui elencados, recorrentes nas dissertações apresentadas até então, podem ser considerados referências gerais e importantes para o campo da mudança social estudado pelo PROMUSPP, é importantíssimo que o conjunto de pesquisadores legitime tais referências e mesmo coletivamente determine o que se pode entender como “mudança social” através de sua própria percepção. E este poderia ser o tempo e o momento para tal, ao menos para uma discussão que

se proponha inicial. Neste sentido, trabalhamos para que a presente dissertação fosse, ao mesmo tempo, um reflexo de esforço aclarador de compreensão do campo e a garantia – ao menos introdutória – da ampliação segura de suas possibilidades a outros futuros colegas pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Porque as nações fracassam? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ADORNO, T. *Epistemologia y ciencias sociales*. Madrid: Cátedra, 2001.

_____; KORKHEIMER, M. *The Dialectic of Enlightenment*. Stanford: Stanford University Press, 1947.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALAIC, Site institucional. *Comunicacion para el cambio social*. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/grupos-tematicos/gt-12-comunicacion-y-cambio-social/>>. Acesso em: 07. jul. 2015.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALFARO, R. *Derechos comunicativos para la afirmación ciudadana*. In: Veeduría ciudadana de la comunicación social – Perú. 2005.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; e ESCOBAR, Arturo. “Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In: ____ (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2000, pp. 15-57.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Organizadoras). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARENDT, Hanna. Communicative Power. In: *Power*. LUKES, Steven. Nova York: New York University Press, 1986. pp. 59-74.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*; tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Modernidade e Ambivalência*; tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. Zygmunt Bauman – Fronteiras do Pensamento. Entrevista exclusiva concedida a Fernando Schüller e Mário Mazzilli na Inglaterra. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>>. Acesso em: 11. Ago. 2015.

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan. *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BELTRÁN, L. *La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo*. 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros, 1998.

BONDUKI, Nabil (org.). *Habitat - As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 pp.36-77

_____. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press, 1980.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A distinção. Crítica social do Julgamento do Gosto*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O sentido do Saber. In: BRANDÃO, C. R. *A Educação como Cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (p.85-113).

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, F. e FORASTIERI, R. (orgs), *Nova história em perspectiva* (vol. 1), São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 86-121.

BUECHLER, Steven. *Understanding Social Movements: Theories from the Classical Era to the Present*. Boulder: Paradigm Publishers, 2011.

CABALLERO, Estrella Gualda; DOMÍNGUEZ Gómez, J. La realidade social andaluza: estrutura y cambio social. In: *Colección Estudios y Análisis: Trabajos de Investigación financiados en convocatorias del IEA*. Instituto Estadístico de Andalucía, Sevilla (pp.1-25). 1999.

_____. Modelos de sociedade, estruturas, cambios y problemas asociados. In: *Epistemología, Teoría y Metodología en la investigación destinada a la intervención social*. Escuela Universitaria de Trabajo Social de Huelva, Huelva, pp. 69-95. 2000.

_____. *Cambio Social y Tecnológico en el triángulo industrial de Cádiz, Huelva y Sevilla (1900-1991)*. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2001.

CADAVID, A., et al. *Comunicación, desarrollo y cambio social: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios*. Colombia: Universidad Javeriana, 2011.

CAMPOS, Flávio de. *Oficina de História: história do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1999.

CAPES, Portal da Capes. *Cursos recomendados/reconhecidos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 22. jun. 2015.

_____. Ficha de avaliação do programa. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=33002010/045/2013_045_33002010218P5_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=2&ano=2013&tipo=divulga>. Acesso em 20. Jul. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CASTELLS. Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, v.II, 2000.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, v.I, 1999b.

_____; CARDOSO, Gustavo. A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política. Conferência produzida pelo Presidente da República de Portugal. Imprensa Nacional Portuguesa, 2005. Disponível em: <<http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>>. Acesso em: 25. Ago. 2015.

_____. Manuel Castells – A mudança está na cabeça das pessoas. 2013a. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/10/bmanuel-castellsb-mudanca-esta-na-cabeca-das-pessoas.html>>. Acesso em: 20. Ago. 2015.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013b.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CLARK, University. Site Institucional. *International Development and Social Change*. Disponível em: <<http://www.clarku.edu/departments/international-development-community-environment/programs/international-development-social-change/>>. Acesso em: 01. jun. 2015.

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais*. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

COLLINS, Harry; EVANS, Robert. “The Third Wave of Science Studies: Studies of Expertise and Experience.” In: *Social Studies of Science*. 32(2): 235–296. 2002.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Trad.: José Arthur Giannotti. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (orgs). *Celso Furtado – os desafios do desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

COSTA PINTO, Luis de A. Os estudos sociais e a mudança social no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.279-305, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistappgsa.ifcs.ufrj.br/index.php?area=revista&revid=13>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

CRSC, Center for research on social change. Disponível em: <<http://crsc.berkeley.edu/research>>. Acesso em 01. jun. 2015.

DAGRON, Alfonso. *Tiempo de milagros: tres retos de la comunicación para el cambio social*. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina. Seminário: “Sin Comunicación, no hay Desarrollo”. Disponível em: <http://www.fesmedia-latin-america.org/uploads/media/Tiempo_de_milagros_-_Tres_retos_de_la_comunicaci%C3%B3n_para_el_cambio_social.pdf>. Acesso em: 07. jul. 2015.

DAMÁSIO, Celuy Roberta Hundzinsky. Secularização na europa. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 48, maio. 2008.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGUES DA SILVA, Nady Moreira. O positivismo no Brasil. *Filosofia em Revista*, São Luiz, n. 85, p.3-4, 1982. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/positivismobrasilcsc.html>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

DURKHEIM, Emile. *O Suicídio. Estudo Sociológico*. Lisboa: Presença, 1977.

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EACH. *Site institucional – Mestrado acadêmico em mudança social e participação política*. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/site/pos-programas.php?item=promuspp>>. Acesso em: 22. jun. 2015.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Volume I – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *Mozart. Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. Mudanças no padrão europeu de comportamento no século XX. In: *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifest for a Relational Sociology. In: *The American Journal of Sociology*. V103. n2. pp. 281-317. set. 1997.

_____; GOLDBERG, C. Pragmatism, Bourdieu, and Collective Emotions in Contentious Politics. In: *Theory and Society* 34:468-518. 2005.

EMMI, Marília (1999). *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA.

ESCOBAR, A. *Globalización, Desarrollo y Modernidad*. 2003.

ESPING-ANDERSEN, G. *As Três Economias Políticas do Welfare State*. Lua Nova, v. 24, p.85-116, 1995.

EVANS, Peter. *Embedded Autonomy: States & Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Trabalho de campo e tradição empírica. In: _____. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, 1978 [1952]. pp. 105-137.

FARLEY, John E. *Sociology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1990.

FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.

_____. Conceito de sociologia. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. (orgs.). *Homem e sociedade*. Brasília: Nacional, 1976.

_____. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. *Mudanças sociais do Brasil*. São Paulo: Global, 2008.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. A Cidade como modo de vida para além da imagem. In: BUENO, M.L.; CAMARGO, L. O. L. *Cultura e Consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: SENAC, 2008. (p. 259-272).

FFLCH, Site institucional. Apresentação do Programa de Pós Graduação em História Social. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/posgraduacao/hs>>. Acesso em: 26. Jun. 2015.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz nas senzalas. Famílias Escravas e Tráfico Atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FORACCHI, Marialice; FERNANDES, Florestan. *Mannheim*. Rio de Janeiro: Livraria dos Moura, 1982.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1977.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANKL, Viktor. *Em busca de sentido – um psicólogo no campo de concentração*. Porto Alegre: Sulina, 1987.

FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc. *A economia da inovação industrial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FREY, Klaus. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

FROMM, Erich. *Marx's Concept of Man*. Nova York: Ungar, 1966.

FURTADO, Celso. Contos da vida expedicionária. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.

_____. *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico Estrutural – Vol. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GASPARETTO, Antonio Jr. História social. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/historia-social/>>. Acesso em: 22. jun. 2015.

GEKAN, Michael. *Going Public: An Organizer's Guide to Citizen Action*, New York: Anchor Books, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social*. In: _____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. pp. 33-56.

_____. Os Usos da Diversidade. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 13-34, maio 1999.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1986.

_____. *Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

_____. Da transformação da intimidade à política vital. In: _____. *Conversas com Anthony Giddens*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GILBERT, Nigel; MULKAY, Michael Joseph. *Opening Pandora's Box: A Sociological Analysis of Scientists' Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDSTONE, Jack. *Revolution and Rebellion In the Early Modern World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez, 2009.

GUMUCIO, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. *Signo y Pensamiento*, 58, 26-39. 2011.

HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

_____. Entrevista de comemoração dos 80 anos de Jürgen Habermas. Seminário UFRN Estudos Culturais e Midiáticos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AfmlYOkOuIo>>. Acesso em: 08. Set. 2015.

HANNA, Fabio Tadeu. *Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna: Interpretações do Brasil e projetos políticos para a modernização brasileira*. Akropolis, Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Umuarama, v.11, no.1, jan./mar., 2003.

HARVARD. Law and Social Change Program. Disponível em: <<http://hls.harvard.edu/dept/academics/programs-of-study/law-and-social-change/>>. Acesso em: 01. jul. 2015.

HARVEY, David. *O Direito à Cidade*. New Left Review, Setembro-Outubro, nº53, 2008. Disponível em: <http://www.fadu.uba.ar/mail/difusion_extension/090522_bol.pdf>. Acesso em: 31. Jul. 2015.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004.

HELLER, Agnes. *La revolución da la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 2º ed., 1994a.

_____. *Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. *Sociologia da vida cotidiana*. Barcelona: Península, 4ªed., 1994b.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Para uma nova história*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

HORKHEIMER, M. *Teoría Crítica*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2003.

ICS, Site institucional. *Investigação e pós-graduação em ciências sociais*. Disponível em: <<http://www.ics.ulisboa.pt/instituto/?ln=p&mm=2&ctmid=1>>. Acesso em: 07. jun. 2015.

IRI, Instituto de Relações Internacionais. *Site institucional – programa da disciplina Persistência e Mudança Social*. Disponível em: <<http://www.iri.usp.br/documentos/FSL0115.pdf>>. Acesso em: 24. jun. 2015.

JIMENEZ, Jillian. *Social Policy and Social Change: Toward the Creation of Social and Economic Justice*. Nova York: Sage Publications, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: para uma semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2004.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Le kaléidoscope épistémologique d'Auguste Comte: Sentiments Images Signes*. Paris, L'Harmattan, 2007.

KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago, 1962.

_____. Guest workers as an automatic stabilizer of cyclical unemployment in Switzerland and Germany. In: *International Migration Review*, 12 (2), 210-224. 1978.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LENSKI, Gerhard. *Power and privilege*. Nova York: McGraw Hill, 1966.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. *Burocracia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MACIONIS, John J. *Sociology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1987.

MARINGONI, Gilberto. *O destino dos negros após a abolição*. Dez. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em 03 junho. 2015.

MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. 2a ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Bomtempo. São Paulo, 2011.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, Tatiana Gomes. *Mudança social e desenvolvimento no pensamento de Florestan Fernandes nos anos 50*. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Grupo de Trabalho: Pensamento Social no Brasil, 2003. Unicamp, 2003.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MCLELLAN, David. *The thought of Karl Marx*. Nova York: Harper & Row, 1971.

MEDINA J. *Mirar con los dos ojos. Insumos para profundizar el proceso de cambio como un diálogo de matrices civilizatorias*. (200 p.) La Mirada Salvaje: La Paz, 2010.

MISSIO, Fabrício; JAYME JR., Frederico; OREIRO, José Luis. *A tradição estruturalista em economia*. Set. 2014. Disponível em:

<<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3b4c257c6943e21b64ad04a29763cb3685ea7215.pdf>>. Acesso em 25 julho. 2014.

MISCHE, Ann. Relational sociology, culture and agency. In: SCOTT *et al.* *Sage Handbook of social network analysis*. SAGE. 2011.

_____. *Rituais de Interação*. Ensaios sobre o comportamento face a face. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MONTAÑO, C., & DURIGUETO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTOYA, R. *Al borde del naufragio. Democracia, violencia y problema étnico en el Perú*. (131 pp.) Madrid: Talasa, 1992.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORITA, H. C. P. *O. Mudança social nos discursos de estudantes de uma escola de ensino médio em São Paulo*. 67f. Exame de Qualificação de Mestrado – Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal. *Os direitos de pessoas LGBTI em Uganda: redes transnacionais de advocacy e a lei anti-homossexualidade*. Lua Nova, São Paulo, n. 92, p. 273-302, ago. 2014.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Triom: São Paulo, 1999.

NITSCHI, Manfred. *O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos*. ESTUDOS AVANÇADOS 16 (46), USP, São Paulo, SP, 2002, p. 141-156.

NICOLESCU, B. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Lisboa: Hugin, 2000.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História* 10 (1993): 7-28.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Mudança Social. Dicionário de Políticas Públicas*. Disponível em: <<http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Verbetes/173>>. Acesso em 18 julho. 2014.

OAKES Jeannie; ROGERS, John. *Learning Power*. Nova York: Teachers College Press, 2006.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Resende de. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 4, artigo 12, Rio de Janeiro, Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v8n4/13.pdf>>. Acesso em: 08. Set. 2015.

PAIM, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Grijaldo Ltda., 1974.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA SOARES, Mozart. *O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PERSELL, Caroline Hodges. *Understanding Society*. Nova York: Harper & Row, 1971.

PHILIPPI Jr, A. e SILVA Neto, A. J. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. 1 ed. São Paulo: Editora Manole, 2011.

PINTO, Lúcio Flávio; GUERRA, Gutemberg. Jean Hébetie, o nosso belga. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1570>>. Acesso em: 25. jun. 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2011.

PPGHIS. Site institucional da UFRJ – Programa de pós graduação em história social. Disponível em: <<http://www.ppghis.historia.ufrj.br/o-programa/apresentacao/>>. Acesso em: 25. jun. 2015.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1966

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RANSBY, Barbara. *Ella Baker and the Black Freedom Movement: A Radical Democratic Vision*. Charlotte: University of North Carolina Press, 2005.

REIS, José Carlos. *Mudança e continuidade na historiografia brasileira*. Mariana: Setor de Teoria e Metodologia da História. Departamento de História da Universidade Federal de Ouro, 1997.

RÉMOND, René (org). *Por uma História política*. Trad. Dora Rocha, Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RITZER, George; KAMMEYER, Keneth C.; YETMAN, Norman. *Sociology: Experiencing a Changing Society*. Boston: Allyn and Bacon, 1987.

ROCHER, G. *Introducción a la Sociología General*. Barcelona: Herder, 1985.

ROSA, F. A. de Miranda; CANDIDO, Odila D. de Alagão. *Jurisprudência e mudança social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I e II). *Revista Mana* v.3 n. 1 e v.3 n. 2 MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTIAGO, M. C.; AKKARI, A.; MARQUES, L.P. *A marginalização das abordagens interculturais nas políticas educacionais*. In: SANTIAGO, M. C.; AKKARI, A.; MARQUES, L.P. *Educação Intercultural: desafios e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 2013 (p. 52-74).

SANTOS, Boaventura Souza. *Para além do pensamento abissal*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, Outubro 2007: 3-46.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1988a.

_____. *Introdução a uma ciência pós moderna*. Porto: Afrontamento, 1988b.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas: Coletânea (vol. 1)*. Brasília: ENAP, 2007 (parte dos artigos disponível em http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=856).

SASSEN, Saskia. *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. A modernidade do mestre do Recife e a modernização mesquinha da República. 2003. In: FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004.

SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las política. In: *Antipoda - Revista de Antropología y Arqueología*, Bogotá, n. 10, p. 21-49, jan. 2010.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *SIMMEL*. [Coleção Grandes Cientistas Sociais], São Paulo, Ática, 1983, pp. 122-134.

SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESI, Hanspeter. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

SOROKIN, Pitirim. *Social and cultural dynamics*. Nova York: American Book Company, 1937.

_____.; MERTON, Robert. Social time: a methodological and functional analysis. *American journal of sociology*, 42, 5, pp. 615-629, 1937

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989.

STANFORD, Business. Disponível em: <<http://hls.harvard.edu/dept/academics/programs-of-study/law-and-social-change/>>. Acesso em: 01. Jul. 2015.

STARK, David; BRUSZT, László. *Post-Socialist Pathways: Transforming Politics and Property in East Central Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. São Paulo: Vozes. 2009

TESES USP. Repositório de teses. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em 29. Jul. 2015.

THE NEW SCHOOL, University. Site Institucional. *Power, Strategy and Social Change*. Disponível em: <<http://www.newschool.edu/ucc/courseDetail.aspx?id=NURP5010>>. Acesso em: 01. jun. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, no.3, Brasília, janeiro-julho, 2010, pp.133-160.

_____. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP. 1996. Cap.04 – Os estados e seus cidadãos, p. 157-193; Cap. 07: Os soldados e os Estados em 1992, p. 273 a 314.

_____. *Social Movements, 1786-2004*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TOWSON, University. Site institucional. *Programa da Disciplina: “Social & Political Change”*. Disponível em: < <http://pages.towson.edu/jlarson/Papers/Syllabus%20-%20Soc%20Change.pdf>>. Acesso em 01. jun. 2015.

TRINDADE, Héliog (org.). *O Positivismo: teoria e prática*. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

UAB, Site institucional. *Comunicación, Desarrollo, Y Cambio Social*. Disponível em: <http://pchs.ufabc.edu.br/?page_id=32>. Acesso em: 07. jun. 2015.

UFABC, Site institucional. *Pós-graduação em ciências humanas e sociais*. Disponível em: <http://pchs.ufabc.edu.br/?page_id=32>. Acesso em: 23. jun. 2015.

UFC, Site institucional. *Pós graduação em história social*. Disponível em: <<http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Edital%20de%20sele%C3%A7%C3%A3o%2013%20-%20mestrado%20em%20hist%C3%B3ria%20%28turma%202014%29.pdf>>. Acesso em: 30. jun. 2015.

UFES, Site institucional. Edital para processo seletivo do programa de pós graduação em ciências sociais. Disponível em: <<http://www.cienciassociais.ufes.br/sites/cienciassociais.ufes.br/files/field/anexo/Edital%20PGCS%2001-2013.pdf#overlay-context=pos-graduacao/PGCS/processos-seletivos>>. Acesso em: 25. jun. 2015.

UFJF. Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD). Programa da disciplina vida urbana, globalização e mudança social. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/arquitetura/files/2012/11/Obrigat%C3%B3ria-16-Vida-Urbana-Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Mudan%C3%A7a-Social-CSO-Profa.-Beatriz-Teixeira.doc>>. Acesso em: 24. jun. 2015.

UFMG. Site institucional. *Central de atendimento FAFICH – Programa da disciplina modernidade e mudança social*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/atendimento/ciclo-introdutorio-em-ciencias-humanas/programas-das-disciplinas-do-cich/programas-2011-1/SOA050%20-%20Modernidade%20e%20Mudanca%20Social%20%202011-1.pdf/at_download/file>. Acesso em: 24. jun. 2015.

UNIFESSPA. Site institucional. *Mestrado acadêmico*. Disponível em: <<https://www.unifesspa.edu.br/index.php/pos-graduacao/158-mc-aca>>. Acesso em: 24. jun. 2015.

URREA, C. *Cambio Social*. 2003.

VALENTIM, Oséias Faustino. *O Brasil e o Positivismo*. Rio de Janeiro: Publit, 2010

VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José M.; LOBATO, Lenaura. (Org.). *Policy Analysis in Brazil*. 1st ed. Bristol, UK: Polity Press, 2013.

VAZ, Toninho. *Darcy Ribeiro – nomes que honram o senado*. Ed. Senado, 2005.

VIEIRA, F.L.R. Celso Furtado, pensador do Brasil. *Conceitos*, p.15-26, jul.2004/jul.2005.

WAISBORD, S. Family Tree of Theories, Methodologies and Strategies in Development Communication: Convergences and Differences. 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. Os três tipos de dominação legítima. In: COHN (org.). *Weber: Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

_____. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. *Max Weber: Sociologia* [Coleção Grandes Cientistas Sociais]. São Paulo: Ática, 1999, pp. 79-128.

WEEKS, J. *Sociología de la población*. Madrid: Alianza, 1990.

ZANIRATO, Silvia H. (org.) *Mobilização e Mudança social. Experiências de participação política na sociedade contemporânea*. São Paulo, Ed. Annablume, 2013.